

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

PÂMELA BUENO DE SOUZA

ADOLESCENTES DA PERIFERIA DE SANTOS-SP: UM OLHAR SOBRE  
SEU COTIDIANO

SANTOS

2014

PÂMELA BUENO DE SOUZA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ADOLESCENTES DA PERIFERIA DE SANTOS/SP: UM OLHAR SOBRE  
SEU COTIDIANO

Monografia apresentada como exigência ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof. Dr<sup>a</sup> Sonia Regina Nazabielli.

SANTOS

2014

S729a

Souza, Pâmela Bueno, 1992-  
Adolescentes da periferia de Santos/SP : um olhar  
sobre seu cotidiano. / Pâmela Bueno de Souza ;  
Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Nozabielli. –  
Santos, 2014.  
64 f. ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada  
Santista, Curso Serviço Social, 2014.

1. Adolescente. 2. Periferia. 3. Cotidiano. I. Nozabielli,  
Sonia Regina, Orientadora. II. Título.

CDD 361.3

**PÂMELA BUENO DE SOUZA**

**ADOLESCENTES DA PERIFERIA DE SANTOS/SP: UM OLHAR  
SOBRE SEU COTIDIANO**

Monografia apresentada como exigência ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof. Dr<sup>a</sup> Sonia Regina Nazabielli.

Aprovação em: 17/ 12/ 2014

EXAMINADORES:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sonia Regina Nozabielli  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Alexandre Barbosa Pereira  
Universidade Federal de São Paulo

Dedico aos meus pais Ana Rita e Benedito por todo amor e confiança que destinaram a mim. Obrigada por tudo, sem vocês eu nada seria!

## Agradecimentos

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora, sei que durante esses anos estiveram ao meu lado guiando e conduzindo sempre os meus caminhos. Obrigada, por nunca me abandonarem, me darem forças em todos os momentos e despertarem em mim a certeza de que nada é impossível para aqueles que creem.

Agradeço imensamente aos meus pais Benedito e Ana Rita a vocês minha eterna gratidão! Meus exemplos, as pessoas mais importantes da minha vida, meu chão, meu porto seguro. Agradeço muito por todo amor, carinho, confiança e por nunca desistirem de mim. Eu amo vocês!

Agradeço as minhas irmãs Patrícia, Simone e Ana Laura por me ensinarem muito nessa vida, serem minhas companheiras, amigas! Agradeço por todo apoio, brigas, conselhos, carinhos. Me orgulho muito de cada uma de vocês, e tenho certeza que seremos sempre unidas. A vocês minha eterna gratidão! Eu amo vocês, minhas irmãs!

Agradeço aos meus sobrinhos Gabriel e Rafael por serem os presentes mais lindos que a vida poderia ter me dado. Meus amores, a tia ama muito vocês!

De coração, agradeço toda a minha família, meus cunhados, tios, tias, primos e primas, com certeza vocês são minha base. Agradeço por estarem sempre ao meu lado, me ajudando e incentivando. Agradeço especialmente as minhas tias Maria e Vera, aos meus tios Dorival, Arlindo e José, a minha prima Lucia Helena e ao meu primo Rogério. Obrigada por toda preocupação e carinho durante todos esses anos.

Gostaria de agradecer a minha segunda família, Luiz Claudio, Ana Maria, Taís, Bruna e João. Vocês são presentes de Deus em minha vida, agradeço por todo apoio, carinho e preocupação, sou muito grata por ter vocês comigo. Sempre serão levados em meu coração e lembranças. Preciso agradecer de uma forma muito especial às duas irmãs que a vida me presenteou, Bruna e Tais nem sei como agradecer vocês por tudo que vivemos e ainda vamos viver. Obrigada por sonharem comigo, por compartilharem dores, alegrias, segredos. Estarem sempre ao meu lado, serem meu ombro amigo, meu conforto. Eu amo muito vocês, obrigada por tudo minhas irmãs!

Agradeço ao meu melhor amigo-irmão, Danilo Bianchi – “Marmis”, eu te amo! Obrigada por ser meu melhor companheiro, por estar ao meu lado durante muitos anos, por ter compartilhado comigo uma parte da sua vida. Sou muito grata por ter você ao meu lado, uma pessoa extremamente especial, que enche minha vida de alegria, que me ensina muito. Um cara humilde, com um coração maravilhoso, sempre disposto a ajudar os amigos e a família, você é muito querido! Te amo.

Por fim, chegou o momento de agradecer àqueles que fizeram dos meus quatro anos em Santos os melhores da minha vida.

Começo agradecendo os meus primeiros amigos unifespianos: Thais Adorno, Mateus Ribeiro. Á vocês a minha eterna gratidão, não poderia ter encontrado pessoas melhores, que encheram minha vida de luz e amor. Agradeço por cada sorriso, cada abraço, cada noite na praia e no Torto, cada samba, maracatu... Agradeço por toda energia positiva que vocês me passam, por serem meus amigos tão amados, sou apaixonada por vocês! Em cada pequeno detalhe, vocês me ensinaram coisas grandiosas que levarei para minha vida inteira. Espero que a vida ainda nos proporcione muitos momentos juntos. Por cada um eu sinto admiração e amor! Minhas joias raras, eu amo vocês!

Agradeço a minha família santista, Caroline Dutra, Ana Carolina, Marina Salvino, Gabriela Gazito e Letícia Ribeiro. Meninas, vocês ocupam um lugar gigante no meu coração, agradeço por todo carinho, apoio, jantãs, brigadeiro, festas... Cada uma contribuiu para que Santos fosse ainda mais perfeito. Esses anos que passamos juntas foram de grande aprendizado e amadurecimento. Obrigada por compartilharem uma parte da vida de vocês comigo, estarão sempre em meu coração, independente do caminho que cada uma siga o respeito e admiração sempre irão continuar. Gratidão por tudo, eu amo vocês!

Agradeço todas as meninas que tive o prazer de dividir muito mais que uma república, dividi minha vida. Obrigada por todos os momentos bons ou ruins, com certeza, todos foram de grande aprendizado. Débora de Cassia, Jessica Nakawama, Larissa Marques, Gabriela Parra, Caroline Dutra, Letícia Ribeiro, Marina Salvino, Ana Carolina e Gabriela Gazito, a cada uma de vocês meu muito obrigada! Independente do tempo que moramos juntas com vocês eu aprendi muito!

Agradeço a comissão de formatura (2014), ou melhor, agradeço a família 14. A cada membro da comissão meu muito obrigada, foram anos de trabalho, dedicação e companheirismo, estamos conseguindo construir uma linda formatura. Obrigada por toda experiência e aprendizado. Em especial, agradeço a Nathalia Nakano e Tatiane Hamada, japas lindas, nossos vínculos ultrapassaram os “muros” da comissão e hoje posso chamar vocês de amigas, agradeço muito por todo apoio, amizade e confiança; vocês são muito especiais para mim. Eu amo vocês!

E agradeço as minhas amigas, minha diretoria, meninas o que seria de mim sem vocês? Algumas fazem parte da minha vida desde o começo da graduação, outras foram chegando com o tempo e agregando amor, companheirismo e amizade. Cada uma tem um valor imensurável, todos os dias eu agradeço a Deus por ter colocado vocês em minha vida. Uma menina mais doce e meiga que a outra; fico impressionada com a capacidade de vocês! Gabriela Amaro, Iara Lovizio, Jessica Nakawama, Helena Kuabara, Laura Medeiros, Mariana Ramos. Eu sinceramente não sei como agradecer por tudo que representam em minha vida. Construímos uma amizade que vai muito além da sala de aula e das festas da faculdade, uma amizade que eu admiro muito! Minhas amigas, independente dos nossos caminhos, eu quero vocês sempre ao meu lado! Espero que a vida continue nos proporcionando bons encontros; que aconteça sempre um jantar, uma cervejinha e que a gente ainda possa rir muito relembando desses anos tão bem vividos! Obrigada por tudo, tudo mesmo! Eu amo vocês!

Agradeço a minha orientadora Prof. Dr<sup>a</sup> Sonia Nozabielli por toda paciência e dedicação, por ter encarado essa pesquisa comigo, me dado todo apoio e compartilhado o seu conhecimento. Te agradeço e admiro por tudo. Obrigada!

E por fim, agradeço a minha turma 03 e meus queridos professores. Com vocês aprendi e amadureci muito, hoje eu acredito que é possível outra sociabilidade e que nunca devemos fugir da luta. Obrigada por cada reflexão, cada ensinamento. Com vocês acredito que me tornei um pouco melhor. Agradeço por terem compartilhado momentos especiais que ultrapassaram as paredes da sala de aula, em especial agradeço à Andrezza Rocha, Dalila Marques, Gabriela Amaro, Gabriela Donadon, Helena Kuabara, Iara Lovizio, Laryssa Moraes, Laura Medeiros, Mariana Ramos, Marina Salvino, Marina Stracini e Rafaela Rosado. Obrigada por tudo, meninas!



## Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso contribuirá com a temática do adolescente no contexto da periferia. Durante a pesquisa buscou compreender sobre a formação histórica e social da cidade de Santos/SP; o processo de surgimento das periferias; o conceito de adolescente e sua realidade nas periferias. A pesquisa objetivou-se em conhecer o cotidiano dos adolescentes do Rádio Clube, região periférica da cidade de Santos/SP. Através da metodologia qualitativa, visita de campo foi possível uma interação com os adolescentes, o que favoreceu a reflexão sobre a realidade e suas experiências na periferia.

Palavras-chaves: 1. Adolescente. 2. Periferia. 3. Cotidiano.

SUMÁRIO:

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p11.....
<b>CAPÍTULO I: A questão da periferia na cidade de Santos/SP</b> .....	p.14
1.1. Construção e Desenvolvimento da cidade de Santos/SP.....	p.14
1.2. A questão da periferia no contexto das cidades.....	p.21
1.3. “Do túnel pra lá”: A zona noroeste de Santos.....	p.26
<b>CAPÍTULO II: O adolescente na periferia: Estado, violência e consumo</b> .....	p.29
2.1. Afinal, o que é adolescência? .....	p. 29
2.2. Políticas Sociais e adolescentes.....	p. 33
2.3. O adolescente nas periferias das grandes cidades.....	p. 39
<b>CAPÍTULO III: Conexões entre o cotidiano dos adolescentes e a periferia da cidade de Santos/SP</b> .....	p.44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	p. 54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	p. 57
<b>ANEXOS</b> .....	p. 61

## **Introdução**

A presente pesquisa abordará sobre o cotidiano dos adolescentes da periferia da cidade de Santos/SP.

A escolha por esse tema deve-se desde o início da graduação, ao observar as precárias condições de vida de crianças e adolescentes na periferia, questionamentos e indagações surgiam. Durante a trajetória acadêmica busquei me apropriar mais da temática, participando de eventos, palestras, debates que abordavam essa questão. Dentro da grade curricular do curso de Serviço Social participei de dois módulos de seminário temático que problematizavam sobre as condições das crianças e adolescentes.

Durante a participação do segundo seminário temático que abordava sobre adolescentes em conflito com a lei e minha atuação no campo de estágio, delimitei minha pesquisa para fase da adolescência. O seminário proporcionou um maior contato com a realidade e conflitos que os adolescentes atores de ato infracional vivem; já o estágio no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), possibilitou a experiência de entrar em contato com adolescentes do território que faziam parte da rede de cuidado da cidade de Santos/SP.

Esses fatores foram fundamentais para definir minha linha de pesquisar e buscar compreender mais sobre a realidade dos adolescentes.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) adolescência é um período de maturação biológica, um momento em que ocorrem as mudanças corporais e fisiológicas, essa fase compreende a faixa etária dos 10 aos 19 anos de idade. Caracterizada como uma fase da vida humana, que ocorre entre a infância e a idade adulta.

Um período muito marcante do ciclo humano, que ocorrem de forma rápida diversas mudanças, físicas, emocionais, sociais. Momento em que os sujeitos questionam mais os acontecimentos ao seu redor, possuem vontades de experimentar e vivenciar aspectos novos, contudo a adolescência é tida pelo senso comum como o momento de rebeldia e crise.

A adolescência é uma fase em que certas características são definidas e iguais, no entanto é importante ressaltar que devido às distintas condições econômicas, culturais, de valores e sociais não é possível que todos adolescentes tenham as mesmas vivências e

possibilidades, não podendo assim, ser entendida como uma fase homogênea, conforme nos aponta UNICEF (2012) “não pode ser compreendida como uma condição homogênea, uma vez que é atravessada por grandes diversidades e desigualdades, em seus aspectos naturais, culturais e sociais”.

No Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069/90, define como adolescente sujeitos entre a faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Estatuto da Criança e do Adolescente – art3º)

Mesmo o ECA assegurando os direitos para todos, independente de classe, gênero, cor; vivemos em uma sociedade marcada pelas expressões das mazelas do capitalismo, diferenças de classes sociais – o que impossibilita que todos tenham o desenvolvimento integral e acesso aos direitos garantidos. Os adolescentes da periferia ficam mais expostos às consequências do capitalismo.

Para compreender essa realidade, do adolescente na periferia, foi realizado um recorte territorial. A escolha do território no qual a pesquisa foi realizada ocorreu através da inserção no projeto de extensão “Participação Redes Sociais da região Noroeste de Santos” e também pelo estagio no CRAS – Rádio Clube. Com a inserção em ambos, obtive contato com a realidade com a região, conhecendo seus moradores e lideranças comunitárias, que viabilizaram o processo de pesquisa e entrada no território.

O bairro Rádio Clube sofre com vários problemas estruturais, de violência, de negação de direitos. Seus moradores são colocados cotidianamente em risco – tanto pelas precárias condições de moradias, que as palafitas apresentam, como pelo risco de uma bala perdida.

Diante da realidade das experiências no território e aproximação com a temática do adolescente, surgiu o desejo de pesquisar sobre suas trajetórias de vida dos adolescentes da periferia de Santos/SP. No entanto, no decorrer da pesquisa e diante das dificuldades encontradas – como a falta de tempo para criação de vínculos com os adolescentes, o pouco período de trabalho de campo, não foi possível traçar suas trajetórias de vida, mas sim entrar

em contato com o seu cotidiano, conhecer quais as relações que estabelecem no bairro e problemas que enfrentam.

Para que o trabalho fosse concretizado foi percorrido um caminho de leituras, revisões bibliográficas e trabalho de campo. Nesse sentido o estudo foi estruturado em três capítulos, que abordaram questões sobre o surgimento da cidade de Santos/SP; sua segregação socioespacial; conceitos de periferia e adolescente; e as condições de vida dos adolescentes na periferia de Santos.

No primeiro capítulo, apresentamos questões sobre o processo de urbanização da cidade de Santos/SP, o modo como os espaços foram se formando e influência da industrialização e capitalismo sobre esses processos. Buscou problematizar questões sobre urbanização, periferia, cidade legal/ilegal e aspectos da periferia na cidade de Santos/SP.

No segundo capítulo, abordamos a questão da adolescência, o modo como está possui semelhanças e particularidades. Apresentamos aspectos sobre desenvolvimento das políticas públicas, principalmente das voltadas para o público infanto-juvenil, e em como o ECA contribuiu para que avanços fossem conquistados nessa área. Após trazer elementos sobre a adolescência e políticas públicas; foi realizada uma reflexão acerca do adolescente na periferia, problematizando questões que afetam seu dia a dia, como preconceito, violência e consumo.

Já no terceiro capítulo, ocorre a apresentação da metodologia e por quais motivos ela foi escolhida. Os dados da pesquisa foram apresentados e analisados com base nas experiências com os adolescentes, trabalho de campo e apropriação do material bibliográfico. Para que a pesquisa fosse concluída realizamos entrevistas com quatro adolescentes do Rádio Clube, que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho; demonstrando suas visões sobre e cotidiano na periferia.

Contudo, consideramos à importância e necessidade de continuar discutindo sobre as condições dos adolescentes na periferia, o papel que o Estado e a mídia exercem em seus cotidianos. Não podemos negar que nas duas últimas décadas, houve avanços referentes aos direitos dos adolescentes, mas ainda muitos aspectos se apresentam como desafios para sociedade civil, movimentos sociais e o Estado.

## **Capítulo 1: A Questão da Periferia na Cidade de Santos – São Paulo**

Nesse primeiro capítulo, será abordada questões relevantes do processo de urbanização da cidade de Santos. Contextualizara o modo como os espaços foram se formando e a influencia da industrialização e do capitalismo, problematizando a questão da urbanização, periferia, cidade legal/ilegal, existência de classes distintas. Sobre a periferia/favela será refletido os fatores da segregação espacial e, em seguida, essa questão é problematizada na cidade de Santos.

### **1.1. Construção e Desenvolvimento da Cidade de Santos – São Paulo**

Santos foi fundada em 26 de janeiro de 1546 pelo português Brás Cubas; o que antes era apenas uma vila, hoje se tornou a 10ª maior cidade do Estado de São Paulo. De acordo com o Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a densidade demográfica é de 417.400 habitantes.

Está localizada no litoral paulista e faz parte das nove cidades que compõe a Região Metropolitana da Baixada Santista<sup>1</sup>.

A cidade abriga o maior Porto da América Latina, com 13 quilômetros de extensão configurando-se como o local onde passa mais de um quarto de todas as cargas que entram e saem do país. O Porto é considerado a maior fonte de riqueza da Baixada Santista, tornando a cidade de Santos a mais importante financeiramente da Região Metropolitana e uma das mais ricas do país.

Além do Porto, outros setores movimentam a economia da cidade, como o setor de turismo, de serviços e pesca em geral e mais recentemente, a exploração da camada de pré-sal de petróleo e gás na Bacia de Santos.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a cidade ocupa o 5º lugar no *ranking* de qualidade de vida dos municípios brasileiros; o índice usa como base a expectativa de vida, educação e produto interno bruto (PIB) per capita.

Apesar da Cidade de Santos, ocupar as primeiras posições nos indicadores de riqueza e qualidade de vida, ela é marcada pela desigualdade social e segregação urbana. Uma realidade

---

<sup>1</sup> A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi a primeira região metropolitana sem a participação de capital de estado criada no Brasil. Instituída pela Lei Complementar Estadual nº 815, de 1996, a região caracteriza-se pela grande diversidade de funções presentes nos municípios que a compõem. A RMBS é composta por nove municípios Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

fruto do processo sócio histórico da sua formação.

A história da cidade de Santos vem sendo construída desde o início do “descobrimento” do Brasil. Em 1502 o litoral paulista foi descoberto por Américo Vespúcio em uma expedição para demarcar a costa brasileira. Ilha de São Vicente, como foi denominada, foi uma das primeiras cidades brasileiras a ser habitada pelos colonos.

Santos recebeu o foro de Vila em 1546, após o porto ser transferido da Ponta da Praia para o Lagamar do Enguaguaçu, junto ao limite atual entre os bairros do Centro e o Paquetá, devido, sobretudo às condições geográficas privilegiadas tanto em relação ao mar quanto à serra, que nessa região separa o litoral do interior. O ponto inicial da vila tinha como marcos o Outeiro de Santa Catarina, o hospital, a Câmara Municipal e os quartéis. (MELLO, 2008, p.14)

A transferência do porto iniciou-se com a vinda de Braz Cubas integrante da expedição portuguesa de Martim Afonso de Souza.

O intuito de transferir o porto da bacia de Santos para seu interior era para evitar ataques de piratas e saqueadores do povoado. Segundo Mello (2008) para dificultar as invasões, a vila era cercada por muros a leste e ao oeste e ao sul pela barreira representada pelo Monte Serrat.

Até o final do século XVII a vila pouco se desenvolveu, sendo a área mais movimentada, a região central, onde haviam casas e comércios. De acordo com Mello (2008)

Vários fatores contribuíram para seu pouco desenvolvimento nesse período: além dos fatores de ordem física – era um sítio acanhado, quase todo em planície encharcada, que abrigava três ribeirões que a cortavam no sentido Norte-Sul, dificultando ainda mais o aproveitamento do solo disponível –, há os fatores históricos, como a dissociação de interesses com a Metrópole, dado o isolamento seiscentista<sup>2</sup> das populações planaltinas, que praticavam uma agricultura de subsistência e a emigração de parcelas significativas da população santista em busca de ouro, na caça aos índios e em expedições pelos sertões.

De acordo com MARINS (1998) *apud* SANTOS (2011), esse pouco desenvolvimento pode ser explicado pelo fato, de que, as cidades brasileiras não possuíam padrões arquitetônicos e sanitários como os grandes centros da Europa, causando repulsa e repelindo investimento e fluxos migratórios por parte de quem estava habituado a esses determinados padrões europeus.

---

<sup>2</sup> Referente ao seiscentismo ou ao séc. XVII.

Sendo assim, cidades como Rio de Janeiro e Santos, que pertenciam à rota do capital, foram reformadas sanitariamente e esteticamente, adquirindo assim uma nova imagem. Desse modo, para FRÚGOLI JR (2000) *apud* SANTOS (2011), um novo modelo urbanístico foi sendo estabelecido, garantindo alianças estratégicas entre o poder público e setores do Capital.

Segundo Santos (2011)

O lugar chamado Vila Nova se tornou o primeiro bairro formado, em Santos, após a Independência e a Rua Sete de Setembro foi a rua que separou o novo bairro do Centro. Com o passar do tempo os moradores mais abastados começaram a deixar a região do Valongo que se popularizava e se tornava comercial, para se dirigir ao novo bairro de Vila Nova. A elite da cidade começou a estabelecer residência nessa área e a levantar finos palacetes e sobrados e, no começo do século 20, esse foi o bairro mais rico da cidade. (p. 19)

Ainda de acordo com o autor, em 1839 a Vila de Santos é elevada a categoria de Cidade. Esse processo ocorreu quando o núcleo urbano já apresentava uma população em firme expansão, o porto transforma-se em porto internacional, a economia paulista estava em revitalização pela exportação de açúcar e importantes edificações sendo construídas, como a nova cadeia, que também abrigava a Câmara e o Júri e o novo hospital da Irmandade de Santa Casa de Misericórdia .

Contudo, após um grande período de estagnação, a Cidade de Santos começa a ter um novo valor, recebendo novas atribuições e competências, inicialmente ao açúcar e posteriormente ao café, que se tornaria o principal produto e fruto de riqueza da cidade.

A expansão da cultura do café e as riquezas advindas desse comércio fizeram que o país experimentasse notáveis transformações e avanços. De acordo com Catini (2013) com a expansão do Porto e com a eclosão do café, as atividades portuárias demandaram novos espaços para o seu crescimento e armazenamento de suas mercadorias e grãos, esse fator, proporcionou a construção de novos galpões, escritórios e edifícios no centro da cidade. Esse processo colocou, frente a frente, empresários e trabalhadores.

Nesse período em que houve o desenvolvimento do capitalismo mercantil, expandia-se o trabalho assalariado dos imigrantes, a burguesia urbana, o comércio varejista, a indústria, os transportes e os serviços urbanos. Inserido em todo esse processo de modernização, em 1867 é inaugurada, com capitais ingleses, a primeira estrada de ferro paulista, a São Paulo Railway. (SANTOS, 2011 p. 21)

A primeira estação de trem fixou-se no Valongo, área que ligava a cidade de Santos



com a Capital e cidades do interior e litorâneas. A implementação da estação de trem facilitou o transporte de mercadorias e contribuiu para expansão das atividades portuárias. Para Vazquez a instalação da estação no Valongo, redefiniu a região tornando-a uma área habitada por trabalhadores do Porto.

Com a ampliação do porto, também, expandiu-se a população da cidade. Segundo Mello (2008) na última década do século XIX a população chegou a crescer 8,8% - mesmo com as epidemias que assolavam a cidade.

Em 1890, a população era de 13.012 e em dezessete (17) anos, passou para 50.389 habitantes. Esse fenômeno se explica pelo grande número de imigrantes que chegavam à cidade, a maioria dos imigrantes vinham a partir das “cartas de chamada” pela qual parentes e amigos se responsabilizavam pela chegada e instalação de compatriotas.

Nesse mesmo período, além dos imigrantes, a cidade também recebe diversos migrantes; estes vinham em sua maioria das regiões de Alagoas, Sergipe, Bahia. Dimanavam para Santos, em busca de melhores condições de vida e trabalho (BARBOSA, 2000 apud MELLO, 2008) Tanto os imigrantes como os migrantes chegavam à cidade de Santos para trabalhar e contribuir na reforma e ampliação do porto.

Além da instalação da estação de trem, outras mudanças ocorrem na cidade de Santos, como a realização de obras sanitárias e a criação do primeiro trecho do cais.

O processo das obras sanitárias possibilitou o aterramento de lodaçais, canalizou riachos e abriu grandes avenidas, como a conhecida, Conselheiro Nébias que passa ligar o centro a região praiana, o que impulsionou o fluxo das famílias mais abastadas para essa região da cidade de Santos.

Com a cidade saneada e os caminhos de sua expansão urbana delineados, ao Centro se verifica, em linhas gerais, uma outra função social como: as relacionadas ao Estado, ao porto, ao comércio, a religião e à cultura. É nesse momento, em que as principais edificações da era moderna são levantadas. O café ainda é o grande promotor do desenvolvimento do país nas primeiras décadas da República e essa riqueza se refletiu na porta de entrada do produto. (SANTOS, 2011 p.26)

As obras sanitárias não foram o fator exclusivo para que houvesse migração da burguesia do centro para outras regiões da cidade, podendo citar, também o fato da população do centro ter se diversificado com a chegada de novos trabalhadores.

Nesse período, não só a classe burguesa começa a ocupar novos espaços da cidade litorânea, mas a classe trabalhadora também busca outros locais para moradia. Inicia-se a

ocupação dos morros próximos ao centro, a transição surge em razão dos terrenos serem mais baratos.

Dos imigrantes lusitanos que se radicaram na cidade, grande número era proveniente da Ilha da Madeira e habituados a morar em morros. Concentraram-se principalmente nos morros de São Bento, do Pacheco e Nova Cintra. Neles construíram chalés sobre plataformas de pedra fincada e faziam trabalhos de terraceamento, típicos de Madeira. Essa técnica era conhecida como “muro de pedra seca” e consistia em encaixar bem as pedras sem ligá-las com massa – a partir de dentro era de pedras entrelaçadas e fincadas na terra para maior segurança e as casas construídas nas curvas de nível; isso valeu aos “ilhéus” muito serviço na cidade. Nesses locais, formaram chácaras e sítios onde criavam gado leiteiro, suínos e galináceos, além de plantações de banana de boa qualidade por ser cultivada em lugar seco; também plantavam “novidades” (batata-doce e mandioca); as bananas tinham um bom mercado na cidade; representavam uma fonte de renda. (FRUTUOSO, 2004)

De acordo com Santos (2011), em 1930 comemoraram-se os 100 anos da elevação de Santos a categoria de cidade, com a inauguração da nova sede da Prefeitura e da Câmara Municipal. Entre 1940 e 1950 a cidade praiana quase dobrou sua população atingindo a marca de 228 mil habitantes e tornando-se uma das dez maiores cidades do país.

Foi no período entre final de 1940 e início de 1950 que a industrialização se fixa na cidade de Santos, abastecida, principalmente, pelo polo industrial de Cubatão e as atividades do Porto. (CATINI, 2013)

Durante esse período se pode observar na cidade de Santos, diferentes momentos que refletem o processo de urbanização; junto com os avanços econômicos e com o avanço do capitalismo, inicia-se o processo de segregação sociourbana.

É na cidade, em que, se evidencia a distinção entre as classes sociais e a exploração do proletário pelo burguês. Esse processo de exploração fica claro no processo de urbanização e povoamento da cidade de Santos, sendo seu maior reflexo na forma em que a população vai se organizando territorialmente; as classes mais abastadas (burguesia) passam ocupar a região praiana e os bairros intermediários, enquanto os trabalhadores refugiam-se na região do centro e aos poucos vão ocupando os morros e a região dos mangues, hoje conhecida como zona noroeste.

#### Segundo o Manifesto do Partido Comunista (1848)

Na mesma proporção em que a burguesia, ou seja, o capital, se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses trabalhadores que são obrigados a vender-se diariamente, são uma mercadoria, um artigo de

comércio, sujeitos, portanto, às vicissitudes da concorrência, às flutuações do mercado. (MARX e ENGLES, 2003, p. 32).

A realidade apresentada por Marx e Engels (2003) é refletida na cidade de Santos concentrava grande massa de proletariados, imigrantes e migrantes, que vendiam sua forma de trabalho na cidade portuária, a fim de conquistarem melhores condições de vidas. Diante das disparidades das classes sociais e do avanço da industrialização, e conseqüentemente do capitalismo, emerge com grande força na Cidade de Santos a luta de classes e a resistência por parte da classe trabalhadora frente à exploração dos detentores dos meios de produção – burguesia. De acordo com Gonçalves (1995), devido à resistência da sua população por justiça e conquistas de direitos, a cidade ficou conhecida por “Cidade Vermelha” ou “Barcelona Brasileira”. Essa denominação é fruto de um processo sócio histórico.

De acordo com Gonçalves (1995) no final do século XIX surge na cidade de Santos as ideias socialistas com o lançamento do jornal *A Ação Social* por Silvério Fontes, daí por diante, surgem outras ações, como lançamento de outros jornais, criação de partidos e fundações; no primeiro momento essas ações foram impulsionadas pela classe média santista, formada por médicos, engenheiros e professores. “Com visões e sentimentos humanistas, Silvério Fontes e seus companheiros conviviam com os operários, conheciam suas condições de vida e as profundas injustiças a que eram submetidos.” (Gonçalves, 1995 p. 41).

Durante os anos de 1910 a maioria dos trabalhadores da companhia DOCAS eram imigrantes, que viviam com baixíssimos salários e condições precárias de serviço. Segundo Gonçalves (1995) diante das péssimas situações vivenciadas pelos trabalhadores portuários; instituíram-se associações e centros mutualistas, organizados por diversas nacionalidades, para criar condições de sobrevivência para classe trabalhadora.

Contudo, desde o século XIX a classe trabalhadora vem se organizando e buscando estratégias de lutas para superar as condições postas pela burguesia. Gonçalves (1995) discorre sobre registro de greves já em 1877, desse período em diante, as lutas se intensificaram muito e a organização política evoluiu. Do século XIX para o século XX a classe trabalhadora conquistou direitos trabalhistas, se organizou sindicalmente e resistiu na luta por uma vida com mais qualidade.

O movimento operário de Santos criou assim forte tradição que se irradiou ao longo do tempo. O mito da “Barcelona Brasileira” forjou-se nas greves, na resistência, na luta pela construção de entidades de representação e defesas de interesses. Deixou profundas marcas e raízes, influenciando manifestações políticas e sociais na cidade. Seus ganhos imediatos foram pequenos no período, especialmente se

comparados com a formidável consolidação de suas tradições, ao notável ao longo do século (...) (GONÇALVES, 1995, P46).

Esse histórico de luta e resistência persiste, fortemente, até os anos 60 quando a cidade de Santos vivencia o processo de desarticulação dos movimentos sindicais e da classe trabalhadora, que se reprime devido ao golpe militar implantado em 1964 – implantando a ditadura - que comanda o país por cerca de vinte (20) anos. De acordo com Catini (2013) durante os anos 1970 e 1980, período em que a ditadura ainda estava em vigência, ocorreu o crescimento da classe média, devido à economia da cidade estar impulsionada e o comércio em alta. Nesses anos foi possível perceber a verticalização da orla da praia e o início da especulação imobiliária.

Perante, essa trajetória de lutas, resistências e conformismos, apesar da cidade de Santos ser considerada, atualmente, a 10ª maior cidade do Estado de São Paulo e possuir um dos melhores IDH do país, ela é marcada por forte segregação urbana e desigualdade social. Com o avanço do capital, conseqüentemente, temos o crescimento da classe trabalhadora que vivencia situações precárias, de violações de direitos e negação ao acesso à cidade.

## **1.2. A questão da periferia no contexto das cidades**

Na segunda metade do século XX os países da América Latina, passaram por intenso processo de urbanização e, dentre as marcas desse período, o êxodo rural é um elemento importante. No Brasil, a população urbana, em pouquíssimo tempo, aumentou drasticamente.

Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela era de 81,2%. Esse crescimento se mostra mais impressionante ainda se lembrarmos os números absolutos: em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes, e em 2000 ela era de aproximadamente 138 milhões. Constatamos, portanto, que em 60 anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas. (MARICATO, 2000)

Esse crescimento desenfreado dos centros urbanos, a partir do século XX, obriga o surgimento de uma reforma urbana, um movimento para construir espaços e estruturas para abrigar a quantidade de pessoas que passam a ocupar outros lugares da cidade. Condições de transporte, saúde, educação, saneamento básico tiveram que ser reestruturados para atender as novas demandas da população.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou cidades enormes, aumentou tremendamente a população urbana em relação à rural, arrancando assim contingentes consideráveis da população do

embrutecimento da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, os países bárbaros e semibárbaros aos civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente. (MARX e ENGLES, 2003, p. 30).

De acordo com Maricato (2000) o processo de urbanização do Brasil começa a se consolidar, a partir da emergência do trabalhador livre, da Proclamação da República e do início da industrialização, ainda incipiente e ligada ao processo e atividades da cafeicultura e outras necessidades básicas.

Até 1930 a economia brasileira era centrada no setor agrário exportador; a partir desse período o Estado começa investir em infraestrutura para o desenvolvimento industrial visando à substituição de importações. Nesse momento ocorreu o que Florestan Fernandes vai chamar de “revolução burguesa” – a burguesia industrial assume a hegemonia política, porém não houve ruptura com os interesses hegemônicos. Para Maricato (2000) a ambiguidade entre ruptura e continuidade verificada em todos os principais momentos de mudança na sociedade brasileira, marcará o processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial. O processo de industrialização que se afirmou a partir de 1930 e vai até o fim da Segunda Guerra Mundial contribuiu para o desenvolvimento do país e para o fortalecimento do mercado interno, durante esse processo cresceu o desenvolvimento das forças produtivas, diversificação, assalariamento crescente e modernização da sociedade.

Já em 1950 a industrialização entra em nova etapa, agora o país passa a produzir bens duráveis e até mesmo bens de produção.

Além dos inúmeros eletrodomésticos e bens eletrônicos, o automóvel produzido por essa grande indústria fordista promove, a partir dos anos 50, mudanças significativas no modo de vida dos consumidores (que inicialmente eram restritos às faixas de maior renda) e também na habitação e nas cidades. Com a massificação do consumo dos bens modernos, dos eletroeletrônicos e também do automóvel, mudam radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente moderna. Ao contrário, os bens modernos passam a integrar um cenário em que a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou no padrão de urbanização dos bairros da periferia (Maricato, 1996).

Entre os anos de 1940 e 1980 a economia brasileira avançou muito, o processo de urbanização se consolidou, iniciou-se o processo de verticalização das grandes cidades, direitos sociais e leis trabalhistas evoluem, o país apresenta inúmeras melhoras, porém essas

foram vivenciadas e ficaram nas mãos de poucos, da classe média e alta. Paralelamente com os avanços da industrialização surge a segregação espacial, as mazelas do capitalismo ficam mais evidentes, as expressões da questão social ficam explícitas e a classe trabalhadora vai se aglomerando e procurando meios de sobreviver nos centros urbanos – sendo a favela entendida como uma estratégia de sobrevivência

Enquanto o crescimento econômico se manteve alto, o modelo "funcionou" criando uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento, entre outros. A recessão que se seguiu nos anos 80 e 90<sup>3/4</sup> quando as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB, fazendo com que a evolução do PIB *per capita* fosse negativa na década de 80 <sup>3/4</sup> trouxe um forte impacto social e ambiental, ampliando o universo de desigualdade social. Nessas décadas, conhecidas como "décadas perdidas", a concentração da pobreza é urbana. Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões concentradas em vastas regiões <sup>3/4</sup> morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies <sup>3/4</sup> marcadas pela pobreza homogênea.(MARICATO, 2000)

Contudo, diante desse contexto de urbanização a cidade segrega-se: de um lado a burguesia do outro a classe trabalhadora. E a partir dessa segregação que surgem denominações como cidade legal/ilegal, problematizada por Vera Telles (2010).

Durante as décadas de 1940 e 1950 as regiões denominadas favelas tinham como marca, local de ausência; ou seja, era a definição do que *não seria* ou *não teria*. Um local de extrema segregação social, não era possível encontrar saneamento básico, água, energia elétrica, coleta de lixo e equipamentos de lazer, cultura, educação, saúde, esporte. A periferia seria um espaço sem ordem, leis, regras - local marcado pela homogeneidade e violência.

Nessa perspectiva, acentuaram-se aquelas interpretações das favelas e periferias a partir do que elas *não têm*. Ausência de leis, ausência do Estado, ausência de direitos, ausência de cidadania, ausência de ordem, ausência de planejamento – em última instância, *ausência de cidade* propriamente dita. Através da *qualificação pela negação* – que é um dos modelos teóricos bastante recorrentes nos estudos sobre ‘os pobres’, ‘os trabalhadores’, ‘as classes populares – as favelas e periferias são compreendidas sempre em oposição àquilo que lhes seria negado (e àqueles que os negariam, ou, ainda, a quem *eles negariam*, dependendo do referencial adotado):repõem-se, nas dicotomizações cidade/periferia, asfalto/favela, as “oposições clássicas” – ou “falsas oposições” - que permeiam o pensamento social sobre os pobres, a pobreza urbana ou a cultura popular.(ROSA,

2009, P. 6)

A dicotomização cidade/periferia, asfalto/favela, legal/ilegal perpassam a atualidade. O senso comum reproduz essa caracterização da periferia como local de ausência e pobreza; essa oposição acaba por gerar estereótipos, preconceitos e a segregação espacial da cidade.

De acordo com Rosa (2009) estudos realizados na década de 1970 e 1980 tinham por objetivo problematizar a questão da periferização e segregação espacial, e trouxeram a luz, fatores que desencadearam esse fenômeno, como, “as condições salariais da classe trabalhadora, a expulsão direta dos núcleos por ação de programas de remoção de favelas e renovação urbana, a expulsão indireta em decorrência da legislação e taxação urbanas e, ainda, a especulação imobiliária”. (VALLADARES,1983 *apud* ROSA, 2009)

Esses fenômenos, portanto, conduziram a expulsão da classe trabalhadora do centro da cidade para a periferia, na maioria das vezes esses espaços ainda não eram habitados e foram loteados e/ ou ocupados de forma “ilegal”, o que justifica a falta de infraestrutura e regularização, assim, a classe trabalhadora conseguia ter acesso a esse espaço, devido ao seu barateamento. “Nesse contexto, as cidades passariam a ser compostas de uma versão *formal, legislada, conhecida e exposta*, e de outra *informal, ilegal, invisível*.” (ROSA, 2009).

Segundo Rosa (2009) a problematização da existência de “duas cidades” no período de 1980 objetivava em trazer a tona as desigualdades e segregação espacial que permeavam as cidades brasileiras, essa dicotomização tinha um caráter político propagando-se junto aos movimentos por reforma urbana e direito à cidade.

Contudo, apesar dos termos cidade ilegal/ clandestina ter o intuito de refletir e problematizar as condições de segregação da classe trabalhadora, esses termos foram apropriados pela mídia, organizações sociais, discursos políticos, modificando o seu contexto, construindo uma ideologia criminalizadora, de desordem, filantropização das camadas mais pobres da periferia.

(...) tais práticas, sob o discurso da inserção à *formalidade* e à *legalidade*, ora pautam-se pelos já conhecidos mecanismos de “consolidação” de tais espaços através de uma somatória de ações pontuais, esporádicas e clientelistas (que, em sua grande maioria, limitam-se a solucionar apenas parte dos problemas, concentrando-se nas questões infraestruturas emergenciais e visando a manter o controle sobre os moradores), ora apostam na “requalificação” através da “urbanização” e da “regularização” de tais territórios. (ROSA, 2009)

Para a autora, o pretexto de “urbanização” e “regularização” é uma estratégia que

retira de determinados territórios seus significados e identidades, e impõe novas formas de ocupação, agregando valor ao solo, o que acaba por promover, muitas vezes, uma remoção branca.

Portanto, vale ressaltar que em alguns espaços periféricos pode-se encontrar um déficit de equipamentos sócioocupacionais, precariedade nos sistemas de energia, saneamento básico, porém não podemos homogeneizar e manter uma visão anacrônica da periferia.

Segundo Rosa (2009), a partir dos anos 2000 surge uma gama diversificada de estudos sobre a pobreza, periferia, segregação espacial – esses estudos intensificaram as discussões e questionamentos sobre a existência de duas cidades.

A noção de uma periferia uniforme, ocupada por um grupo socialmente homogêneo – “os pobres” –, marcada pela ausência de equipamentos e serviços urbanos, vem sendo sistematicamente contraposta. A começar pela concepção de periferia como “território sem Estado”, propalada, ainda hoje, por grande parte da literatura: algumas dessas pesquisas têm demonstrado que, nas duas últimas décadas, houve um investimento público significativo nas áreas periféricas da cidade, especialmente em termos de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, o que teria sido acompanhado pela melhoria dos indicadores sociais dessas áreas. (ROSA, 2009 P. 14)

Os estudos indicam para a heterogeneidade de ações encontradas na periferia. Podemos encontrar locais com vários equipamentos e serviços de saúde, lazer, esporte, educação, com a presença de infraestrutura – situações que podem ser igualadas com a “cidade legal”. Além das distintas condições físicas da periferia, também, ocorre distinção das realidades socioeconômicas – existe a desigualdade social dentro da própria pobreza.

Portanto, precisa-se tornar cuidado ao se problematizar a existência de duas cidades; os estudos avançam para desmistificar essa visão – que por vezes, torna-se preconceituosa e estigmatizadora – apontando para existência de uma única cidade, na qual pode-se encontrar diversas situações econômicas, de acesso aos direitos e serviços, encontram-se classes sociais ocupando diferentes espaços e territórios.



### **1.3. “Do túnel pra lá”: A Zona Noroeste de Santos**

Conforme já descrito no início deste Capítulo, as divisões socioespaciais da cidade de Santos foram desenhadas ainda em sua formação, o desenvolvimento econômico contribuiu para organização e reorganização urbana, tanto no passado como na contemporaneidade.

Como já abordamos, no final do século XIX o município de Santos, recebeu uma quantidade relevante de imigrantes europeus – italianos, espanhóis e ingleses. Chegavam ao Brasil em busca de emprego e melhores condições de vida; esses trabalhadores foram fundamentais na construção do Porto e da ferrovia.

As atividades do Porto foram determinantes para a partir dos anos de 1950 ocorrer a formação do parque industrial no município de Cubatão. De acordo com Jakob (2012) esse movimento atraiu para região migrantes do norte e do nordeste do país pela necessidade de mão de obra especializada e não especializada, principalmente para o setor da construção civil.

Nesse sentido, a urbanização dos municípios da Baixada Santista foi conduzida pelos interesses da classe dominante, o perfil urbano industrial, além de definir territórios de trabalho, também definiu espaços de moradia, lazer, turismo.

Na segunda metade do século XX ocorreu a expansão imobiliária, verticalização da orla de Santos e a valorização dos espaços ocupados pela burguesia santista. A população que não possuía condições financeiras de se manter nessas áreas, foi expulsa para regiões mais afastadas e até mesmo, não habitadas.

Segundo Santos (2012) o processo de periferização regional iniciou-se em meados dos anos de 1960, quando houve o aumento de ocupações em loteamentos irregulares de forma clandestina e precária, muitas vezes em áreas de risco, palafitas, em áreas de manguezais.

Há índices que o processo de implementação do parque industrial de Cubatão, possui estreitas relações com aparecimento de ocupações irregulares e a constituição das favelas, nascidas pelo deslocamento populacional, principalmente do nordeste e norte do país.

Perante, esse processo sócio histórico de formação da periferia santista se desenvolve a região noroeste. O fator de impulsão, para criação dessa região, foi a construção do novo cemitério municipal, em 1952, no bairro conhecido hoje como Areia Branca.

A zona noroeste formou-se em torno da Avenida Nossa Senhora de Fátima, em direção à divisa de São Vicente. Hoje a região é formada por doze (12) bairros e abriga cerca de 120 mil habitantes, cuja grande parte é nordestino. A região vivenciou durante últimas décadas grandes avanços em infraestrutura, na instalação de equipamentos públicos e privados.

Encontra-se na região uma variedade de serviços para população – hospital, escolas, unidades básica de saúde, complexo esportivo, conjunto habitacional.

Porém, sua realidade nem sempre foi assim, de acordo com a reportagem de Santos (2005), no início a região era um imenso manguezal – não havia infraestrutura alguma – água, energia elétrica, equipamentos de saúde, educação. As moradias eram precárias, em sua maioria, chalés construídos em terrenos aterrados. A região era unicamente conhecida pela lama, doenças, mosquitos, mato, criminalidade, favela e o mangue.

Em consequência de inúmeras obras e investimento público esse cenário modificou-se, parcialmente. As principais obras executadas para a melhoria da região foram de drenagem e pavimentação, proporcionando para população avanços, pois com a realização das obras, serviços e equipamentos passam ser instalados na região. Pode-se destacar, também, a construção de espaços de lazer, como as praças e a instalação de conjuntos habitacionais – sendo o Dale Coutinho um dos mais conhecidos.

A região noroeste, como já mencionado abriga doze (12) bairros – um deles é o bairro Rádio Clube, local que abriga uma parcela da maior favela sobre palafitas da América Latina. A população do bairro Radio Clube gira em torno de vinte e seis mil habitantes; dessa população cerca de vinte mil vivem em casas levantadas sobre o Rio Bugre, conhecidas como Palafitas.

A origem do nome é devido a instalação da antena de transmissão Rádio Clube, em 1926, a primeira emissora do litoral paulista. O processo de ocupação do bairro foi basicamente o mesmo da região. No início as famílias que construíram suas casas eram em sua maioria de origem nordestina, o bairro não possuía energia elétrica, saneamento básico, água encanada. Faltavam equipamentos de saúde, lazer, esporte, educação. As melhorias chegaram ao bairro, conforme foram chegando por toda região da noroeste. Hoje ao andar pelas ruas do Rádio Clube podemos presenciar equipamentos socioassistências, de saúde, educação. O bairro abriga o Centro da Juventude, referência para todos os jovens da zona noroeste, como outros equipamentos para população.

No entanto, as melhorias chegaram de forma insuficiente, sendo que a maior parte de sua população vive em condições precárias. São aproximadamente quatro (4) quilômetros de extensão de casas levantadas sobre o Rio Bugre; o rio faz divisa com o município de São Vicente. São centenas de famílias vivendo em casas construídas com madeirite, as condições das palafitas assemelham-se com as da criação do bairro, as famílias que habitam esse espaço ainda não contam com sistema de infraestrutura básica – água, energia elétrica, coleta de lixo,

tratamento de esgoto.

De acordo com informações no site do projeto “arte no dique”<sup>3</sup> cerca de 27,8% da população ativa esta desempregada e 32,2% em subempregos; a renda média per capita é de R\$ 76,10 ao mês. Dos casos de violação aos Direitos da Criança e do Adolescente 35% concentram-se no Bairro do Rádio Clube.

Portanto, apesar dos avanços, ainda é necessário grande investimento no bairro. A região das palafitas, conhecida como Dique da Vila Gilda, concentra inúmeras violações de direitos civis, sociais e humanos.

As precárias condições e violações de direitos afetam todos da periferia, mas os adolescentes por sua condição peculiar de desenvolvimento acabam ficando mais expostos a violência estrutural e do narcotráfico muito presentes no bairro Rádio Clube.

---

<sup>3</sup> O Instituto Arte no dique é um projeto não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve atividades culturais com crianças e adolescentes do bairro Rádio Clube.

## **Capítulo II: O adolescente na periferia: Estado, violência e consumo.**

No segundo capítulo será refletido sobre o conceito de adolescência, considerando as colocações do Estatuto da Criança e do Adolescente e da UNICEF. O processo da adolescência é um *mix* de múltiplos fatores – biológico, social, psicológico, econômico. O segundo capítulo busca trazer elementos para facilitar a compreensão dessa fase humana; apresenta como o processo de adolescência foi/é encarado pelo Estado e sociedade civil. Por fim, a problematização sobre adolescência nas regiões periféricas.

### **2.1. Afinal, o que é adolescência?**

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) adolescência é um período de maturação biológica; um momento em que ocorrem as mudanças fisiológicas, compreendendo a faixa etária dos 10 aos 19 anos de idade. Já no Brasil do ponto de vista legal, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069/90, adolescência é definida como a faixa etária dos 12 aos 18 anos incompletos.

Adolescência é caracterizada como uma fase da vida humana que ocorre entre a infância e a idade adulta. Um período marcado por profundas mudanças físicas e psicossociais.

Este é um período muito marcante do ciclo humano. Sendo o momento em que ocorrem de forma rápida diversas mudanças físicas, emocionais e sociais. Fase na qual os sujeitos questionam mais os acontecimentos à sua volta, possuem vontades de experimentar e vivenciar aspectos novos, por isso muitas vezes a adolescência, também, é considerada como um momento de crise pelo senso comum.

Apesar de ser um período que possui certas características definidas, é importante ressaltar que devido às distintas condições econômicas, culturais, sociais não é possível que todos os adolescentes tenham as mesmas vivências. Como aponta UNICEF (2002) adolescência “não pode ser compreendida como uma condição homogênea, uma vez que é atravessada por grandes diversidades e desigualdades, em seus aspectos naturais, culturais e sociais”.

Segundo Silva e Lopes (2009) a compreensão e problematização da adolescência nos remete a Europa, entre o final do século XIX e o início do século XX, quando no auge da ciência positivista a mesma torna-se objeto de investigação das ciências médicas e psicopedagógicas.

Ainda segundo as autoras, além das investigações científicas, nesse mesmo período, a

adolescência foi descoberta como um problema relacionado à educação, que visava à produção de sujeitos higiênicos e disciplinados. Ou seja, a adolescência é caracterizada, também como uma fase perigosa, que necessitava de contenção, surgindo assim perspectivas sobre “delinquência juvenil”, “sexualidade e adolescência”.

Para aqueles que se encontravam fora do modelo em curso, era determinada a remoção para instituições isoladas do resto da sociedade. As instituições totais exerceram controle e disciplina sobre diversos públicos que se encontravam como “sobrantes” ou “não adequados” no contexto social, dentre eles crianças e adolescentes (FOUCAULT, 1979 apud SILVA e LOPES, 2009).

Nesse sentido, é no final do século XIX para o século XX que a adolescência começa ser conceitualizada e teorias acerca de seu significado surgem; a psicanálise problematiza esse período como resultado do desenvolvimento que ocorre na puberdade, o que leva a modificação do equilíbrio psíquico, trazendo consequências para personalidade, momento em que, também, ocorrem modificações nos laços com a família de origem.

A teoria psicanalítica se soma a essa perspectiva, pois concebe a adolescência como resultado do desenvolvimento que ocorre na puberdade e que leva a uma alteração do equilíbrio psíquico, produzindo uma vulnerabilidade da personalidade. Haveria um incremento ou uma intensificação da sexualidade e uma modificação nos laços com a família de origem, o que poderia levar a uma desvinculação da família e a um comportamento de oposição às normas, gestando-se novas relações sociais importantes à construção de uma identidade e, conseqüentemente, para a crise de identidade (ERIKSON, 1976 apud SILVA e LOPES, 2009).

Pode referir-se, também, a teoria de Piaget e a teoria sociológica. De acordo com a teoria de Piaget, a adolescência:

ênfatisa as mudanças no pensamento durante a adolescência, onde o sujeito tende à elaboração de planos de vida e as transformações afetivas e sociais vão unidas a transformações no pensamento, a adolescência sendo o resultado da interação entre fatores sociais e individuais (DELVAL, 1998 apud LEÓN 2005).

E, por sua vez, a teoria sociológica aborda a “adolescência como resultado de tensões e pressões que vêm do contexto social, fundamentalmente relacionado com o processo de socialização por que passa o sujeito, e a aquisição de papéis sociais, onde a adolescência pode compreender-se primordialmente a partir de causas sociais externas ao sujeito” (LEÓN, 2005, p. 89).

Contudo, com base em León (2005) podemos considerar adolescência como um *mix* entre os processos biológicos, psicológicos e sociais. Período de desenvolvimento que diferencia-se entre os sujeitos, considerando sua origem, modo de vida, condições econômicas e territoriais.

Junto com o desenvolvimento cognitivo, começa na adolescência a

configuração de um raciocínio social, sendo importantes os processos identitários individuais, coletivos e sociais, os quais contribuem na compreensão de nós mesmos, as relações interpessoais, as instituições e costumes sociais; onde o raciocínio social do adolescente se vincula com o conhecimento do *eu* e os outros, a aquisição das habilidades sociais, o conhecimento e a aceitação/negação dos princípios da ordem social, e com a aquisição e o desenvolvimento moral e de valor dos adolescentes. (Moreno e Del Barrio, 2000 apud León, 2005).

Vale ressaltar que hoje no Brasil ocorre o uso concomitante de dois termos: “Adolescência” e “juventude”. Esses termos ora se completam, ora se distinguem. Sobre juventude pode-se dizer que é o período dos 15 aos 29 anos, sendo um termo usado por sociólogos, historiadores, quando se referem à categoria social. Logo, o termo juventude compreende parte do período de adolescência – 15 aos 18 anos.

Assim, para compreender o processo de formação sócio histórico do adolescente é preciso considerar duas grandes revoluções; de acordo com Teixeira (2002) pode-se considerar a revolução do papel da mulher – segunda metade do século XX – pois suas novas conquistas e espaços ocupados trazem profundos desdobramentos na família, local de origem do adolescente – essa revolução perpassa relações de gênero e de geração. Outra grande revolução que se pode considerar é a revolução da juventude.

A década de 60 marca o século XX: ali se gestou a mais bela das revoluções sociais – a revolução da juventude. A revolução dos costumes, do sexo, dos hábitos, das roupas, da linguagem, das artes; do jeito de fazer revolução – deu cidadania política aos sentimentos, retomou a ocupação lúdica das ruas das cidades, do espaço público. O símbolo da década de 60 é o ano de 1968. O protagonismo juvenil. Uma revolução sem mortos. (Teixeira, 2002, p. 32)

Uma revolução de caráter internacional, na qual os jovens em diversas partes do mundo causam transformações e revolucionam o modo de viver e interagir. Para Teixeira (2002) foi uma revolução ética e estética – cujos reflexos vivenciam-se na atualidade – questões como: direito das minorias, causas femininas, escola autoritária, manipulação dos meios de comunicação, o uso lúdico do espaço público – começaram ser problematizadas e discutidas naquele cenário de revolução.

Foi o período em que a juventude colocou-se no cenário político, mostrando seu descontentamento e denunciando problemas sociais relevantes. Uma parcela grande da juventude escolhe o caminho da contestação social com as grandes narrativas da liberdade, da democracia, da justiça social, dos interesses coletivos; outros escolhem o caminho da contestação do instituído no âmbito de seus interesses pessoais ou grupais. (TEIXEIRA, 2002, p. 45)

Além da revolução da juventude, a década de 1960 no Brasil é marcada pela ditadura militar imposta em 1964. Durante esse período surge um movimento estudantil forte, tendo seu auge em 1966 e 1967. A história da ditadura militar foi marcada por muita tortura, perseguição, desaparecimentos, mas, também, de muita resistência e luta, principalmente por

parte dos mais jovens.

Durante a segunda metade do século XX diversas transformações ocorreram na sociedade brasileira; êxodo rural, avanço no processo de industrialização, ditadura militar, emergência da classe burguesa, meios de comunicação servindo de instrumento de manobra para que a classe dominante repasse sua ideologia, entre outros; múltiplos fatos marcaram a história nesse momento; houve avanços econômicos e de bens materiais. Porém, ao mesmo tempo, as mazelas do capitalismo eram sentidas pelas famílias da classe trabalhadora.

Na história brasileira, os filhos da classe trabalhadora foram diferenciados dos filhos da classe burguesa. De um lado os “menores” e do outros criança e adolescentes. Por um longo período essa dicotomia permaneceu em nossa sociedade – os filhos da classe trabalhadora eram tratados como vadios, malandros, vagabundos – era comum observa-los perambulando pelas ruas e a única intervenção do Estado era a repressão e o encarceramento – a pobreza “era” criminalizada.

Esse cenário apresenta mudanças, a partir dos anos 1980, quando a sociedade civil, igreja católica, entidades sociais e os próprios meninos e meninas que viviam em situação de rua mobilizam-se em busca de direitos e tratamentos dignos. Emerge no debate político a questão de direitos para crianças e adolescentes.

A história de direitos para crianças e adolescentes é recente, seu primeiro marco legal, depois das mobilizações, foi a artigo 227 inscrito na Constituição Federal de 1988.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1998)

E para tornar efetivo este artigo, ocorreram muitas lutas, debates, fóruns; até que em julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado, desencadeando programas, ações, intervenções junto à população infanto-juvenil.

Se adolescência é definida como processo de desenvolvimento biopsicossocial é devido aos estudos e ponderações realizadas ao longo dos anos. Vale ressaltar, que nesse estudo a compreensão de adolescência está focada no processo do desenvolvimento social e nas diferentes formas de viver a adolescência, proporcionadas por questões objetivas de vivências e oportunidades que diferem de acordo com sua classe social e cultura.

## **2.2. Políticas Sociais e Adolescentes**

Somente em 1990 com a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que políticas públicas para atender de forma integral toda população de zero aos 18 anos, são criadas objetivando-se a efetivação e garantia dos direitos.

Primeiramente, fazem necessárias algumas considerações históricas sobre o significado das políticas sociais, principalmente no Brasil. De acordo com Behring e Boschetti (2011) não possui precisão o momento em que emergiram as políticas sociais, porém, como processo social seu surgimento foi paralelo à revolução industrial, lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal.

Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX (Behring e Boschetti, 2011 adup Pierson, 1991) mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial em sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós – 1945) (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 47)

As políticas sociais surgem como resposta e enfrentamento as expressões da questão social, fruto do sistema capitalista que avança; para enfrentar a fome, desemprego, falta de moradia e aglomerações urbanas e outras expressões da questão social em que se faz necessária a intervenção do Estado. As primeiras intervenções dizem respeito às demandas da classe trabalhadora, especialmente, por melhorias nas condições de trabalho.

Partindo da perspectiva marxista, as políticas sociais devem ser entendidas como produto concreto do desenvolvimento capitalista, de suas contradições, da acumulação crescente do capital e, assim, um produto histórico, e não consequência de um desenvolvimento “natural”. As políticas sociais desenvolvem algumas funções primordiais no mundo capitalista: função social, econômica e política. (PASTORINI, 2006 apud PIANA, 2009)

De acordo com Piana (2009) o período entre meados do século XIX até os anos 1930 é marcado, predominantemente, pelo liberalismo, ou seja, um estado caracterizado por indivíduos que buscam seus próprios interesses econômicos – predomina a liberdade e competitividade, sendo que a miséria é naturalizada. O Estado se mantém neutro e desenvolve apenas ações complementares ao mercado, é esse mercado livre que irá regular as relações econômicas, sociais e produzir o bem estar comum.

Ao Estado europeu liberal do século XIX cabia proteger o direito à vida, à liberdade individual e os direitos de segurança e propriedade. Esse Estado liberal tinha características de Estado policial e repressor e sua função primordial era não intervir na liberdade individual (PEREIRA, 2000 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

De acordo com Behring e Boschetti (2011) é a mobilização e organização da classe trabalhadora que proporcionou mudanças na natureza do Estado Liberal no final do século XIX e início do século XX. A classe trabalhadora pautada pela emancipação humana e socialização da riqueza, conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos; porém essas conquistas não conseguiram impor a ruptura com a ordem capitalista, mas proporcionou avanços e melhorias para a classe trabalhadora. O surgimento das políticas sociais foi gradual e encaminhou-se de acordo com a organização e pautas da classe trabalhadora em diferentes locais.



Contudo, é fundamental considerar a luta da classe trabalhadora, pois o Estado só intervém em prol da população, a partir de suas lutas, revoluções e organização; se hoje temos direitos civis, políticos, humanos conquistados deve-se as reivindicações dos operários desde séculos passados.

Segundo Piana (2009) no século XX grandes transformações perpassaram o mundo do trabalho que determina novos padrões de organização e gestão da indústria, novos tipos de relações e contratos de trabalho e comercialização, e grande investimento em avanços tecnológicos e de automação. Nesse período o modelo de produção dominante era o Taylorismo/ Fordista – surgiu após a chamada Grande Depressão que se caracteriza por consequência da produção maciça de mercadorias em grandes fábricas, onde reunia grandes números de trabalhadores manuais, com salários bem pagos e protegidos pela legislação trabalhista. No entanto, ao entrar em crise, esse cenário é substituído pela chamada acumulação flexível.

Tem-se um sistema que responde imediata e diretamente às demandas que são colocadas e que possui a flexibilidade para alterar o processo produtivo de modo que não se opere com grandes estoques, mas com estoque mínimo; de modo que se tenha um sistema de produção ou de acumulação flexível, que se adeque a essas alterações cotidianas de mercado. Enfim, um processo produtivo flexível que atenda esta ou aquela rigidez característica de produção em linha de montagem do tipo fordista [...]. É então um processo de organização do trabalho fundado numa resposta imediata à demanda, numa organização flexível do trabalho, numa produção integrada e que supõe necessariamente o envolvimento do trabalho, acarretando o estranhamento do trabalhador, sua “alienação” do trabalho que se torna menos despótico e mais manipulatório [...]. Um sistema de produção flexível supõe direitos do trabalhador também flexíveis, ou de forma mais aguda, supõe a eliminação dos direitos do trabalho [...] (ANTUNES, 1996 apud PIANA, 2009).

Ainda, de acordo com a autora, essas modificações alteram as relações de trabalho e cotidiano da classe trabalhadora, interferindo em seus direitos como educação, saúde, habitação, lazer; porém mesmo com as transformações ocasionadas o que permanece é o modelo societário capitalista, que a partir do final do século XX não mais é caracterizado como concorrencial, mas sim como monopolista. “O capitalismo monopolista intensifica suas contradições oriundas da organização da produção capitalista, ou seja, sua produção cada vez mais socializada é restrita pela concentração mundial de renda por meio de apropriação privada dos produtos do trabalho.” (PIANA, 2009, p. 28).

Portanto, a fase monopólica intensifica a acumulação de lucros, dos meios de produção, surgem novas tecnologias que refletem na diminuição dos postos de trabalho, a dominação dos capitalistas ultrapassa o nível nacional e abrange dimensões internacionais. Ou seja, conforme o capitalismo monopolista avança maior é a concentração de riqueza por parte da burguesia e mais a classe trabalhadora sofre com as mazelas causadas por esse fenômeno.

Dessa forma, o fenômeno da globalização se por um lado permite o

intercâmbio mundial por meio da maior interação entre os povos, por outro, tem trazido uma série de contradições e divergências: o aumento do desemprego estrutural, a exclusão social, o aumento da pobreza, guerras políticas e religiosas e outros, ratificando a lógica do capital, que trazem a concentração da riqueza nas mãos dos setores monopolizados e o acirramento da desigualdade social. (PIANA, 2009, p. 29)

Diante das crises e consequências nefastas do capital sobre a classe trabalhadora é necessária à intervenção do Estado – criam-se mecanismos políticos e econômicos para manter a ordem e perpassar a ideologia de naturalização do modelo societários vigente. Sendo, assim, após a Segunda Guerra Mundial consolidou-se o chamado Estado de Bem-estar social (*Welfare State*).

O ideário do Estado de Bem-Estar Social é proposto pela teoria keynesiana em países da Europa e nos Estados Unidos da América que tinha como princípio de ação o pleno emprego e a menor desigualdade social entre os cidadãos. É erigido pela concepção de que os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social. É baseado no mercado, contudo com ampla interferência do Estado que deve regular a economia de mercado de modo a assegurar o pleno emprego, a criação de serviços sociais de consumo coletivo, como a educação, saúde e assistência social para atender a casos de extrema necessidade e minimizar a pobreza. (PIANA, 2009, p. 30).

Contudo, nesse processo sócio histórico houve a ampliação da intervenção estatal nas funções econômicas e sociais; o Estado passou a controlar parcialmente a produção e assumir despesas sociais. Faz-se necessário salientar a importância da luta e da resistência da classe trabalhadora, nos países desenvolvidos, Europa e Estados Unidos para a conquista do Estado de Bem-estar social.

De acordo com Behring e Boschetti (2011) no Brasil a história das políticas públicas tem um processo diferente, visto que não fomos o berço da Revolução Industrial e as relações capitalistas desenvolveram-se de formas diferentes dos países de capitalismo central. As autoras problematizam o processo de formação do país, como colonização, escravidão, economia e população predominantemente rural, fatores que refletem no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, conseqüentemente, no surgimento das políticas sociais. No Brasil escravista do século XIX não houve uma radicalização das lutas operárias, constituição de classe para si, com partidos e organizações fortes; a questão social só se colocou como problema político a partir da primeira década do século XX com as primeiras manifestações dos trabalhadores, porém as expressões da questão social já se manifestavam no país, principalmente, pelo fim da escravidão e a dificuldade em incorporar os escravos livres no mundo do trabalho.

Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela

fragmentação/ cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 79).

Esses processos históricos contribuíram para que até a década de 1930 fossem apresentadas medidas frágeis de proteção social. De acordo com Piana (2009) até o final do século XIX as questões sociais eram, basicamente, resolvidas a partir da repressão policial. De acordo com Behring e Boschetti (2011) no período populista houve a expansão de políticas sociais no Brasil, porém com a caracterização de favor/tutela – nada mais simbólico que a figura de Vargas como “pai dos pobres”.

Somente na década de 1980 que o Brasil vivencia profundos avanços na legislação das políticas sociais, após os anos de Ditadura Militar, os movimentos sociais vivem um momento de protagonismo, no qual reivindicam uma série de direitos em defesa da classe trabalhadora. Em 1988 é implementada a Constituição Federal – um marco para história dos direitos e políticas sociais na história do país. Nesse contexto, temos a consolidação do neoliberalismo que trouxe consequências ao campo dos direitos e políticas sociais, ao mundo do trabalho, como terceirização, privatização, desemprego, flexibilização, acarretando consequências para classe trabalhadora e transferência da responsabilidade do Estado para outros setores.

Na realidade vigente, o desrespeito às leis complementares da Constituição tem sido a tônica de vários governos, conseqüentemente temos o descaso com a população trabalhadora e assim as políticas sociais continuam assistencialistas e mantêm a população pobre, grande parte miserável, excluída do direito à cidadania, dependente dos benefícios públicos, desmobilizando, cooptando e controlando os movimentos sociais. O que se pode constatar diante do exposto, é que a efetivação de políticas sociais (públicas ou privadas) reflete a realidade marcante de um país dependente e está condicionada ao modelo neoliberal, que prevê que cada indivíduo garanta seu bem-estar em vez da garantia do Estado de direito. (PIANA, 2009, p. 40)

Nesse âmbito da formação e consolidação das políticas sociais no Brasil, pode-se refletir sobre as demandas e políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes, como eram vistos e atendidos pelo Estado e sociedade.

De acordo com o CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (2013) até o início do século XX no Brasil a assistência a crianças e adolescentes era designada a Igreja Católica e a Santa Casa de Misericórdia. Essas entidades atendiam crianças e adolescentes abandonados pelas ruas da cidade. Apenas em 1927 que houve a primeira legislação – Código de Menores - aplicada aos menores de 18 anos. No entanto, sua efetivação era restrita aos considerados “abandonados ou delinquentes”. O Código de Menores de 1927 apresentava caráter discriminatório, associando a pobreza com delinquência e reproduzia a ideologia que os pobres tinham uma tendência natural à desordem, não podendo se adaptar à vida em sociedade.

Durante os anos de 1940, criou-se o Serviço de Atendimento ao Menor – SAM, sua característica era de penitenciária, porém para menores de 18 anos, o serviço previa encaminhamento para internatos, reformatórios, casas de correções para adolescentes autores de ato infracional. Nesse mesmo período as crianças e adolescentes que perambulavam pelas ruas eram encaminhadas para escolas agrícolas ou de aprendizado de ofícios urbanos. Após 20 anos, o Sistema de Atendimento ao menor, muda de nomenclatura e se torna a FUNABEM – Fundação de Bem Estar do Menor, cujo foco tanto para os abandonados quanto para os infratores era a internação.

Em 1979 ocorre à implementação da segunda versão do Código de Menores – não trazendo mudanças no cenário brasileiro - a legislação permaneceu arbitrária, assistencialista e repressora. Nesse período instituiu-se a Doutrina da Situação Irregular para crianças e adolescentes, consideradas em situação de “perigo” ou “perigosas”, tornando-as objetos da administração pública e da tutela do Estado, servindo como justificativa para ações repressoras, como instrumento de controle e higienista.

Até o final do século XX, portanto, era considerada a existência de duas infâncias/adolescência – a pobre e a rica – designando duas categorias - MENOR E CRIANÇA. O menor era o preto, pobre, que estava fora da escola e associado a questões infracionais, já a criança era o filho da classe média.

Esses paradigmas só apresentam mudanças, a partir de 1988 com o art. 227 da Constituição Federal e, posteriormente, com o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 – fruto de construção coletiva – o ECA que garante todos direitos fundamentais as crianças e adolescentes, direitos que devem ser assegurados pela família, sociedade e Estado.

As orientações defendidas pelos movimentos voltados para os direitos da infância no final da década de 1980 procuraram superar uma concepção restritiva do que é ser criança e adolescente, caminhando para uma representação que reconhece direitos e demanda políticas dos que ainda não atingiram a maioridade. O estatuto legal traz em seu bojo uma nova concepção de direitos que incide fortemente sobre conservadoras formas e conteúdos de conceber jurídica, institucional e socialmente crianças e adolescentes na sociedade brasileira. Sob esse ponto de vista as lutas sociais em torno dos direitos da infância e da adolescência ofereceram caminhos novos para a constituição de uma imagem positiva em torno de ações destinadas a esses segmentos. (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 6).

Os direitos são preconizados no ECA, no entanto, faz-se necessário meios para executa-los, nesse sentido, o Estatuto criou os Conselhos dos Direitos e os Conselhos Tutelares. Aos Conselhos de Direitos foram designadas à promoção e deliberação sobre as políticas estatais, estabelecendo diretrizes para que os direitos sejam efetivados; já os conselhos tutelares são instituições que se caracterizam como órgãos de fiscalização, têm a autoridade para fazer cumprir a proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Para Silva e Lopes (2009) o cenário democrático proporcionou a construção de políticas públicas e privilegiou parcerias entre sociedade civil e Estado, além de favorecer ações políticas vinculadas ao poder de decisões locais ou estaduais; no entanto ocorre a dicotomia entre o avanço na elaboração das políticas para o público infanto-juvenil e a permanência de características conservadora, elitista e discriminatória.

Observa-se, nos últimos anos, uma reação conservadora às conquistas, expressando-se na pressão por mudanças na legislação ordinária e na Constituição Federal – por exemplo, com propostas de diminuição da idade para se atribuir a responsabilidade penal e a demanda de providências coercitivas típicas do mundo adulto para adolescentes e crianças. De forma mais tênue, as resistências aparecem sob a égide de um certo temor diante do que estaria sendo considerado “excesso de direitos”, fixados pelo Estatuto, e poucos “deveres” de crianças e adolescentes nas instituições escolares que, por sua vocação, deveriam acolher a todos sem qualquer tipo de discriminação. (SPOSITO e CARRANO, 2003, apud SILVA E LOPES, 2009).

Ainda de acordo com as autoras observam-se diversos projetos voltados para crianças e adolescentes – filhos da classe trabalhadora – esses projetos são majoritariamente desenvolvidos por organizações não governamentais. Contudo as ações se tornam insuficientes para atender a população de fato, como sujeitos de direitos. Embora os projetos/ações são vinculados ao governo, por vezes, são pontuais, não possuem financiamentos fixos e planejamentos ao longo prazo.

Conclui-se, portanto, que atualmente, as políticas sociais e, dentre elas as voltadas para crianças e adolescentes estão num contexto de profunda contradição entre as conquistas sociais da Constituição Federal de 1988 e do ECA e as determinações do ideário neoliberal – focalização; Estado mínimo no âmbito dos direitos sociais; judicialização; criminalização das lutas; privatização; flexibilização dos direitos trabalhistas. Essas contradições avançam no âmbito do Estado e refletem em políticas sociais com marca do conservadorismo, fragmentadas e pontuais, causando, assim, consequências na conquista de direitos da classe trabalhadora. No âmbito dos adolescentes, o ECA, realmente, proporcionou grandes avanços, no entanto, faz-se necessário maior comprometimento do Estado e da sociedade civil em garantir seus direitos e concebe-los como sujeitos em desenvolvimento, que possuem autonomia e precisam ser atendidos de forma integral e efetiva.

### **2.3 Adolescentes nas periferias das grandes cidades.**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define adolescente toda pessoa de 12 aos 18 anos incompletos; todos são considerados em fase peculiar de desenvolvimento e dignos de direitos fundamentais a vida humana. O Estatuto foi sancionado para atender todos, independente das diferenças, econômicas, religiosas, raciais, regionais, de gênero. No entanto, vivemos em uma sociedade de classes, que visa o lucro e a competição, sociedade na qual uma classe social beneficia-se de outra e há disparidade ao acesso dos bens e serviços. Esse

cenário reflete em direitos violados e grande desigualdade social, que causa fome, desemprego, violência, preconceitos, segregação, precárias condições de moradia, saúde, educação.

O artigo 3 do primeiro capítulo do Estatuto da Criança e do Adolescente diz que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

Mesmo a lei 8.069/90 assegurando todos os direitos fundamentais para o desenvolvimento sem prejuízos das crianças e adolescentes, não é isso que podemos observar na realidade e cotidiano da população que vive na periferia das cidades.

Para Borba (2012) o ECA avança legalmente quando institui o princípio de igualdade perante todas crianças e adolescentes, porém ao transpor esse princípio para estrutura social brasileira, extremamente desigual, é possível constatar que sua aplicação será diferente a depender do grupo social que o sujeito pertence.

Nesse sentido, Silva e Lopes (2009) problematizam a situação de “desvantagem” que a população pobre se encontra em relação às outras classes sociais. As autoras abordam os estigmas e preconceitos que os adolescentes da periferia carregam, como “desocupados”, “perigosos”, “violentos”; são caracterizados como pessoas que precisam de controle. Esses estigmas designados aos adolescentes da classe trabalhadora é fruto da formação social do Brasil, que desde o seu surgimento criminaliza a pobreza, causando marcas nefastas para os proletários.

A autora Jucá (2012) recorre às considerações realizadas por Heller (1972) para problematizar a questão do preconceito, que de acordo com as reflexões da autora, pode ser definido como um juízo provisório; o preconceito pode ser individual, mas normalmente tem um caráter social, sendo nas relações sociais que ele se produz e é disseminado.

A cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação, tendo em vista sua reprodução acrítica dos valores, sua assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador. No campo da moral, a alienação da vida cotidiana se expressa, especialmente, pelo moralismo, que é movido por preconceitos. Assim, pela sua peculiaridade pragmática e ultrageneralizador, o pensamento cotidiano fundamenta-se em juízos provisórios, pautados em estereótipos, na opinião, na unidade imediata entre o pensamento e a ação. (HELLER, 1972 apud JUCÁ, 2012).

Ou seja, o preconceito é algo que perpassa a vida social e traz juízos de valores, na maioria das vezes, de uma população sobre a outra – o preconceito social, geralmente, enquadra um grupo como homogêneo, não considera suas particularidades, crenças e vivências distintas.

De acordo com Longo (2012) no Brasil apesar de existir o sentimento da “caridade cristã” para com os pobres, atrelado a esse sentimento ocorrem à desconfiança, criminalização e culpabilização da população que vive em situações de pobreza. É disseminada a ideologia da meritocracia, responsabilização do indivíduo e a sua propensão à marginalidade.

Apesar dessas marcas que os adolescentes da classe trabalhadora carregam, em nossa sociedade é perpassada a ideologia dominante de igualdade social, que oculta às divergências de classes, seus conflitos e lutas. De acordo com (CHAUI, 2001 apud BAPTISTA, 2007):

Não é por obra do acaso, mas por necessidade, que o discurso do poder é o do Estado nacional, pois a ideologia nacionalista é o instrumento poderoso da unificação social, não só porque fornece a ilusão da comunidade indivisa (a nação), mas também porque permite colocar a divisão fora do campo nacional (isto é, a nação estrangeira). É possível, também perceber que o discurso ideológico, na medida em que se caracteriza por uma construção imaginária (no sentido de representações empíricas e imediatas), graças à qual fornece aos sujeitos sociais e políticos um espaço de ação, deve necessariamente fornecer, além do *corpus* de representações coerentes para explicitar o real, um *corpus* de normas coerentes para orientar a prática.

Juntamente com a ideologia nacionalista encontra-se a ideologia do consumo – ao consumir determinadas marcas, possuir determinados aparelhos eletrônicos – diferentes grupos sociais se enquadram como homogêneos. Segundo Baptista (2007) “a ideologia do consumo se coloca como um fenômeno social com força para atingir significativas parcelas da sociedade”.

Esse fenômeno atinge a sociedade, sendo que o público infanto-juvenil não se abstém desse consumismo. De acordo com a autora, os apelos realizados através do *marketing* prometem satisfações imediatas para todos que usufruem das mercadorias – além de propiciar a construção de identidades de pertencimento, expectativas de felicidade ao consumir, frustração daqueles que não podem consumir, e, até mesmo o adensamento da violência urbana explicitada em roubo, mortes, violência doméstica.

Baptista (2007) destaca dois fatores que impulsionam a ideologia do consumo e sua adesão pela massa. O consumo pelo belo, o que atrai o interesse do consumidor e o excita a comprar determinada mercadoria; e a inovação um dos processos fundamentais para o convencimento dos consumidores. A inovação é trabalhada pelo mundo da indústria, tanto na dimensão da tecnologia como estética.

O ponto de vista da inovação tecnológica refere-se ao continuado movimento de renovação da capacidade de adequação do valor útil da mercadoria, criando sempre novas “necessidades” e criando também novos parâmetros de valorização. A TV que era em preto-e-branco passou a ser colorida; a colorida passou a ter controle remoto; a com controle remoto passou a ser em tela plana, e, assim por diante. Junto com isso a mercadoria torna-se mais cara e ao mesmo tempo mais rapidamente obsoleta. (BAPTISTA, 2007, p. 161).

A mídia possui um papel fundamental na disseminação da ideologia do consumo e

propagação da ilusão de que todos possuem as mesmas condições concretas que conquistar determinados bens. Segundo a autora “a propaganda de mercadorias capitalistas são, ao mesmo passo, a propaganda de um modo de vida capitalista; para propagar o consumo desenfreado ocorre o investimento em *marketing*, propiciando uma aparência atraente e de possível satisfação dos interesses das pessoas ao consumirem, além da melhorar aceitação na sociedade.

Essas questões ocasionadas pelo consumismo refletem na vida dos adolescentes. Baptista (2007) problematiza essa questão ao mencionar a importância da forma de se vestir para a formação da personalidade, nas relações que estabelecem (amizade, namoro, trabalho) “o vestuário da moda significa sinal de distinção, isto é, valorização”. Esse processo impulsiona os adolescentes ao mundo do consumo, obedecendo às exigências colocadas pelo capitalismo.

Ainda de acordo com a autora, os adolescentes que mais sofrem com a ideologia do consumo são os da periferia. Perante sua condição econômica, por vezes, não possuem condições “legais” de consumo – o que ocasiona o envolvimento ao tráfico de drogas, roubos, pirataria. O que alimenta o discurso do senso comum de que todo pobre da periferia é “vagabundo”, “bandido”.

Além da ideologia do consumo; estamos diante da cultura da violência que de acordo com Sales (2007) é um processo ligado à formação social brasileira. A violência é uma importante forma de explicitar as relações de poder – dominação, concentração de riqueza, conservador – expressa como as relações estão estabelecidas e as consequências do sistema capitalista.

A violência, portanto, traduz-se sob a forma da exploração, opressão e dominação, mas não somente pura força, é também ideologia e sutileza. Tal violência, embora seja estruturalmente produzida pelas elites, como um dos mecanismos que sustentam – e fazem – a política e a economia, não constitui seu patrimônio exclusivo. Reproduzida pelos mais diversos estratos sociais, tende, porém, a ser associada, de maneira reducionista e invertida, pelo senso comum, aos pobres e miseráveis, até hoje vistos como “classes perigosas”. (SALES, 2007, p. 174)

A cultura de violência é perversa e age de forma punitiva, com força e repressão, no entanto, a classe trabalhadora é a que mais sofre com essa perversidade, “desigualdade máxima combinada com máxima injustiça” (COSTA, 2000 apud SALES, 2007).

No Brasil, mesmo após a promulgação do ECA é visível que os adolescentes - parte da classe trabalhadora - também sofrem com a cultura da violência. Como apresenta Sales (2007) as crianças e adolescentes sofrem cotidianamente diversas formas de violência – sexual, física, psicológica, exploração do trabalho, fome – no entanto essas expressões são silenciadas, a grande mídia não tem interesse em repercutir as expressões desastrosas do capitalismo, ou quando aparecem em cena pública, tem o olhar de piedade da maior parte da



população, sua condição não é vista como um problema social que necessita de intervenção do Estado, com a formulação de políticas públicas, proteção, melhor distribuição de renda.

Enfim, crianças e adolescentes vitimizados, alvo de sucessivas violações de direitos sociais, não se manifestam, não perturbam a ordem – a menos quando, já pela condição fronteira de quem quer transpor a (in)visibilidade perversa, tentam vender os seus chicletes nos bares e sinais, mas ainda assim porque agem de forma pacífica, inspiram, no máximo, irritação e piedade. (SALES, 2007, p 179)

Ainda de acordo com Sales (2007) ao se falar em adolescentes que perambulam pelas ruas, cometem assaltos, traficam e até mesmo assassinam, a grande mídia dá visibilidade de forma sensacionalista e perversa, que induz o discurso de ódio e medo da grande parcela da população, que por sua vez pressiona às autoridades pela redução da maioria penal, com penas mais severas para adolescentes infratores.

A mídia tem um papel de manipulação imensurável e é responsável pelo aparato de informações que perpetua valores, noções, regras. As grandes mídias estão em serviço da burguesia, nesse sentido transmitem dados que fortalecem o conservadorismo na sociedade.

De acordo com Sales (2007) o sentimento de ódio e medo por parte da classe média e alta, acaba por obscurecer a realidade que diversas famílias, adolescentes, crianças convivem cotidianamente; as periferias são marcadas pelo narcotráfico, repressão policial e intensa violência. Também, apaga-se que apesar dos adolescentes serem atores de atos infracionais, também estão entre as principais vítimas da violência do tráfico e da polícia.

[...] é muito impressionante você entrar em uma favela do Rio e ver que menos de 1% daquela garotada se envolve no tráfico. Como é que tão poucos entram, diante de tanta exclusão? A Rocinha tem 180 mil moradores e você não tem 70 pessoas envolvidas no tráfico. Mas se você sair às ruas e perguntar qual o percentual de moradores das favelas envolvidos com o crime, você vai ouvir que todos, ou uns 80% estão no crime. Há um processo consolidado ideologicamente de criminalização da pobreza. Isso legitima toda essa lógica de segurança pública que opera exclusivamente na repressão e no controle aos guetos. E é ineficaz. (FREIXO, 2006)

Faz-se necessário, portanto, a desmistificação de que toda população da periferia é “bandida”, é necessário ter a clareza que a classe trabalhadora também é vítima da violência, que segundo Sales (2007) é uma violência e medo nada abstrato, a periferia vivencia diariamente o risco de bala perdida, extermínio da população preta e parda, sofre com precárias condições de moradia, saúde, educação, exploração. Principalmente, os adolescentes da periferia que sofrem ameaças e repressão, ocasionadas por aspectos, físicos, sociais e regionais.

Diante, dessa perspectiva, de uma sociedade capitalista marcada por divergências de classes sociais, problematizar a questão do adolescente da periferia e suas condições concretas de trajetórias é indispensável, pois possibilita um possível rompimento das visões

conservadoras e generalistas dos adolescentes que pertencem à classe trabalhadora.

### **Capítulo III: Conexões entre o cotidiano dos adolescentes e a periferia da cidade de Santos/SP.**

Neste terceiro capítulo serão abordados aspectos sobre o cotidiano dos adolescentes de uma região periférica da cidade de Santos/SP. Discutir-se-á sobre suas vivências no bairro Rádio Clube como ocupam outras regiões de Santos, sobre a sociedade do consumo e a cultura de violência na qual estão inseridos. Para isso, foram necessárias entrevistas com adolescentes que vivem no território, a fim de traçar um olhar e reflexões a partir de suas experiências.

Para que a pesquisa fosse realizada houve a opção pelo uso da pesquisa da metodologia qualitativa, pois possibilita uma real interação entre os sujeitos, sendo que não são relevantes os números, mas sim a vivência e o processo de escuta do pesquisador com os sujeitos participantes. A princípio ocorreu a análise de referências bibliográficas, a fim de fundamentar a pesquisa. Posteriormente aos estudos fez-se necessário a pesquisa de campo e a aproximação com os adolescentes para realização da entrevista semiestruturada.

O trabalho de campo é, portanto, uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente. São as *perguntas que fazemos para a realidade*, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de observação e de compreensão. (MINAYO, 2010).

Após os estudos e a exploração do território, ocorreu a aproximação com os adolescentes; alguns foram indicados por lideranças comunitárias, professores de dança do Centro da Juventude (CEJUV – Zona Noroeste) e outros convidados pela pesquisadora através de sua inserção no bairro. Houve ao todo a aproximação com sete adolescentes, no entanto, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com quatro sujeitos, sendo duas meninas, Júlia e Luísa com 12 anos, e dois meninos, Léo com 15 anos e Gustavo com 17 anos.

De acordo com Minayo (2010) entrevista tem por objetivo construir dados relevantes para processo de pesquisa, podendo fornecer tanto dados primários como secundários. Para autora a entrevista é a estratégia mais usada no trabalho de campo.

As entrevistas foram pré-agendadas através de ligações ou encontros pelo território, no entanto, nem sempre os adolescentes compareciam, justificando assim a aproximação ter ocorrido com sete adolescentes e apenas quatro contribuírem com a pesquisa. Em média as entrevistas duraram em torno de dez minutos, porém o suficiente para trazer importantes elementos que propiciaram uma melhor compreensão das condições e cotidiano da vida dos adolescentes do Rádio Clube. Todas as entrevistas foram gravadas com termo de assentimento, assinado pelo adolescente e seu responsável.

Através dos resultados das entrevistas, busca-se compreender quais espaços que os adolescentes do Rádio Clube veem ocupando e como é o seu cotidiano, procurou-se conhecer os pontos “positivos” e “negativos” de viver na periferia de Santos/SP, problematizando questões de violência e consumo, assim como se dá a circulação/ ocupação dos adolescentes por outros espaços da cidade.

A pesquisa de campo trouxe aspectos de grande relevância; mesmo o pesquisador já conhecendo o território devido a outros projetos acadêmicos, ao voltar seu olhar com o intuito de pesquisar sobre o cotidiano dos adolescentes, se deparou com outras particularidades e compreendeu como as experiências podem ser distintas.

Iniciou-se o processo de entrevista questionando aos entrevistados sobre seu local de origem e o tempo que vivem no bairro Rádio Clube. Júlia e Luísa nasceram na cidade de Santos/SP e sempre moraram no bairro, o adolescente Léo nasceu em São Vicente/SP e veio para o Rádio Clube ainda quando bebê, já o Gustavo nasceu em Santos/SP, morou no Rádio Clube até os seis anos, depois foi para Campinas e aos treze anos retornou para cidade e para o bairro Rádio Clube.

Os quatro adolescentes apresentam um cotidiano bem semelhante, todos participam de projetos socioculturais desenvolvidos, principalmente, em dois equipamentos no próprio bairro; Centro da Juventude (CEJUV) e Arte no Dique.

Ah, normalmente minha rotina, assim, eu fico geralmente aqui ou então aqui na arte no dique, eu faço bastante curso, faço dança de rua, faço teatro também, eu faço um pouco do ballet com... com o Felipe, que ele me passa uns passos. E também tem a aula de musicalidade com o Ricardo e tem aula com a Fernanda, que é psicologia... Também tem o curso de informática que eu faço com o Luis, o Luis é meu coreógrafo de dança de rua, ai fora que lá eu tenho aula de zumba

também com o José... eu frequento o comitê da Telma também, porque eu faço *muay thai*. (Gustavo, 17anos)

Meu dia é bem corrido, assim, eu vou para escola de manhã. Chega a tarde eu venho aqui pro CEJUV. Chego em casa as 17h, aí vejo um pouco de TV, tomo banho e durmo... Faço ballet, jazz, dança do ventre... Só! (Luísa, 12 anos)

A adolescente Júlia ao ser questionada sobre seu cotidiano relata estudar de manhã e participar das atividades do Instituto Arte no Dique. “No instituto arte no dique, faço ballet, precursão, teatro... bom... e quando tinha aula de canto, eu fazia aula de canto”. Porém, também, pontua como a violência do seu bairro atrapalha seu cotidiano e suas brincadeiras.

Então, é... bom, como é... aqui é favela minha mãe acaba tendo medo dos tiroteios... aí eu acabo não ficando na rua daqui, mas aí minha prima mora em um lugar melhor, em uma rua melhor, eu acabo indo pra lá e brincando, aí eu brinco só lá. (Júlia, 12 anos)

O Léo também frequenta a escola no período da manhã e o Centro da Juventude durante três dias da semana, participando do grupo de teatro.

Dos quatro adolescentes entrevistados apenas o Gustavo está fora da escola, precisou optar pelo trabalho ao invés de continuar os estudos, porém tem a pretensão de voltar para escola no próximo ano.

Então, esse ano eu não estou estudando porque, eu fui pra casa do meu pai, morar com ele, aí atrapalhou o estudo, por que lá eu arrumei um trabalho... aí eu tive que escolher entre o trabalho e o estudo, então eu optei pelo trabalho, só que esse ano que entra agora eu vou começar estudar... eu já tô no segundo ano. (Gustavo, 17 anos.)

Sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2009) nos aponta sobre as divergências apresentadas para as distintas classes sociais. Para o jovem da classe média/ alta existe a possibilidade concreta de prolongar o período de estudos e o ingresso tardio no mercado de trabalho, já para os jovens da periferia a realidade é diferente. Para os jovens da classe trabalhadora a continuidade dos estudos e o adiantamento no mercado, por vezes, não é uma realidade concreta, já que a entrada no mundo do trabalho para classe trabalhadora se insere no cotidiano familiar como uma necessidade. Essa realidade não é vivida apenas pelo Gustavo, mas, também, por outros adolescentes da periferia que ingressam no mercado de trabalho para possibilitar melhores condições objetivas para suas famílias. No bairro Rádio Clube observa-

se uma parcela de adolescentes em “atividades ilegais” – como o tráfico de drogas, uma alternativa que encontram para manter-se na sociedade capitalista que estimula com frequência o consumo, além de propiciar o status de poder e reconhecimento. Durante o desenvolvimento da pesquisa não foi possível o contato direto com os adolescentes que realizam as atividades ligadas ao narcotráfico, porém a presença dos adolescentes era visível ao percorrer pelo o bairro.

Para Borba (2012) a linha entre as praticas lícitas e ilícitas é tênue. Para a autora não se pode afirmar que a opção pelo mundo do crime é realizada de forma consciente pelos adolescentes, mas suas práticas tornam-se uma medida objetiva para conquistar condições e acessos melhores de vida, de consumo, lazer e status social.

Nessa perspectiva, nota-se, que além da periferia ser heterogênea, a adolescência também se configura de diversas formas, mesmo os adolescentes pertencendo o mesmo local de moradia, suas vivências e escolhas, conscientes ou não, podem ser distintas.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2002) além da escola outros espaços de aprendizagem são importantes para formação biopsicossocial dos adolescentes.

As atividades culturais, especialmente o teatro, a música, a dança e as artes plásticas, juntamente com o esporte e o lazer, além da sua conhecida função no chamado desenvolvimento psicomotor, têm servido como estratégia de desenvolvimento pessoal, de socialização e de prevenção da violência. Além disso, a inclusão de adolescentes nessas atividades é o ponto de partida para a melhoria da sua autoestima, do autoconhecimento e autoproteção. (p. 68)

A participação dos adolescentes em atividades culturais, de lazer e esportes são elementos que contribuem em suas escolhas e cotidiano. No caso dos adolescentes da pesquisa, a inserção nos projetos sociais possibilita uma nova visão, perspectivas e valores diferentes sobre sua realidade.

As atividades dos adolescentes, na maioria das vezes, ocorrem no próprio bairro; suas atividades de lazer, cultura, esporte, educação são todas desenvolvidas no Rádio Clube. Também relatam ter acesso aos equipamentos de saúde e assistência. A adolescente Júlia (12 anos), ao ser questionada sobre a existência de equipamentos sócio assistenciais no bairro e sua qualidade diz: “acho que... é... não é necessário ir para outro lugar para encontrar, aqui

mesmo você encontra as ferramentas... Eu não consigo ser atendida muito bem não, mas eu consigo, de um jeito ou de outro eu consigo.” Já o adolescente Gustavo (17 anos) acredita que todos os equipamentos funcionam com qualidade.

No entanto, ficou nítido que os adolescentes ocupam os serviços de educação, saúde, assistência, lazer no próprio bairro, circulando pouco pela cidade de Santos. Narram desenvolver poucas atividades em outros locais da cidade, ocupando-os para raros momentos de lazer ou consumo.

Pra praia eu vou muito pouco, porque eu não gosto muito, eu sou branquinho e não gosto muito de me queimar... mas eu procuro ir pra queles lados, porque eu tenho uma namorada que mora no canal 3, ai vou pra lá. (Gustavo, 17 anos);

Frequento mais o centro da cidade... Mais como diz o povo gastar. (Luísa, 12 anos);

Eu vou mais, é raro, mais vou mais pro Gonzaga. (Júlia, 12 anos);

A adolescente Júlia, disse frequentar mais o bairro do Gonzaga, pois é o local em que sua mãe trabalha, e às vezes precisa ajudá-la em suas atividades. Além de frequentar o Gonzaga para auxiliar sua genitora, Júlia, também, frequenta em seus momentos de lazer com os amigos, indo ao cinema que fica localizado nesse mesmo bairro.

As redes de convivências e amizades dos adolescentes entrevistados também se limitam ao próprio bairro e ao local em que desenvolvem seus projetos. A adolescente Júlia diz possui ter amigos nas favelas próximas, como Vila Telma e Mangue Seco, duas favelas vizinhas com ao bairro Rádio Clube. O adolescente Léo foi o único a relatar um grupo de convivência fora da redondeza, dizendo possuir amigos na Cidade de São Vicente/SP.

A princípio a pouca circulação dos adolescentes pela cidade de Santos/SP traz a noção que esse fato ocorre, pois no próprio bairro os sujeitos encontram diversos equipamentos, contudo podemos refletir sobre o que Borba (2012) nos apresenta a questão da limitação territorial e os muros invisíveis que existem nas cidades, o que impedem a livre circulação da população da periferia. Ou seja, o adolescente da periferia é estigmatizado devido a sua condição econômica, etnia, estilo de roupas, gosto musicais – esses fatores os impedem de

circularem e ocuparem determinados lugares da cidade, locais frequentados pela classe burguesa, e quando ocupam estão sempre vigiados por seguranças privados ou pela polícia.

Os cidadãos que não tem recursos utilizam parcialmente a cidade, como se fosse uma cidade local ficando circunscritos a uma determinada delimitação geográfica, que é também definida pela constituição histórica local e pelas relações socioeconômicas e culturais ali desenvolvidas, onde se observam diferentes formas de vida e de realização de trocas sociais. (SANTOS, 2007; OLIVER E BARROS, 1995 apud BORBA, 2012).

No decorrer das entrevistas foi questionado aos adolescentes se morariam em outros lugares da cidade de Santos/SP e por qual motivo. Luísa, Júlia e Léo disseram que não morariam em outro local. Léo só colocou sua vontade de sair do bairro quando for seguir sua carreira profissional, deseja ser chefe de cozinha, mas no momento, acha o bairro bom e legal, não possuindo assim, desejo de mudar. Luísa, também pontuou que não mudaria do local, principalmente, por causa dos seus amigos. Já Júlia demonstra sua vontade de continuar no bairro, mas sair da região das palafitas. “É, bom... bom... eu gosto desse bairro, mas eu preferiria outra rua, entendeu?” – Expressou o desejo de morar próximo a sua prima, que mora nas ruas asfaltadas do bairro, onde possui energia elétrica, saneamento básico, tratamento de água e coleta de lixo e a violência é mais “mascarada”, e os moradores não vivem com medo dos frequentes tiroteios.

No entanto, o adolescente Gustavo (17 anos) obteve um posicionamento oposto dos outros três. Ao ser questionado se moraria em outro lugar, em qual e o motivo, respondeu:

Lógico!!! Ah, que fosse lá pra queles lados do canal 2 – canal 3 – que fosse mais sossegado. Porque, aqui é praticamente o lado ruim né? É muita falsidade... tudo isso né? Ai eu procuro me afastar disso...

O adolescente ao se referir a um local mais sossegado, falar da “falsidade” está demonstrando repúdio a violência que presencia cotidianamente no bairro. Somente na fala do Léo (15 anos) não apareceu aspectos sobre a violência instalada no Rádio Clube. Os outros três adolescentes, Júlia (12 anos), Luísa (12 anos) e Gustavo (17 anos) ao serem questionados sobre os aspectos “negativos” do bairro falaram sobre a violência e criminalidade.

... O que eu menos gosto... é... Não é mais ou menos o lugar, é as pessoas... que são muito cruéis vamos supor assim... Porque tem muito tiroteio coisas assim e eu não gosto, mas eu gosto porque convivo muito com meus amigos. (Luísa, 12 anos)



Júlia (12 anos) fala sobre os tiroteios que a impede de brincar na rua de sua casa; e cita sua preocupação com as crianças que ocupam as ruas para diversão, ficando expostas a vários riscos.

... Hmm, bom, porque aqui é favela, tem a biquera, nois fala biquera. Ai acaba ficando perigoso para crianças que fica na rua, ai o que, ai minha mãe acaba me protegendo, ai tipo vejo aquelas crianças nas ruas... eu fico com medo. Eu sou tão criada assim que acabo ficando com aquilo na cabeça, ai acho que é isso.

O adolescente Gustavo (17 anos) diz que a criminalidade é enorme no bairro em que vive. Além de enfrentarem dificuldades com o tráfico, também possuem problemas com a polícia. Segundo Gustavo, ele já passou por vários envolvendo a polícia.

Já enfrentei muito já... até agora aqui... ó passou dois meninos... dois caras na moto e ficaram me olhando, assim, ai até a menina avisou... ai eles deram a volta assim, viram que eu não me mexi nem nada, ai continuaram... Eram da polícia... tavam fardados!

Luísa (12 anos) confunde-se ao falar sobre a atuação policial e se esta possui influência sobre a violência.

Eu acho que tem relação com a polícia sim... uma relação... não digo ruim, porque eles trabalham para proteger nois né? Mas digo... não é uma coisa boa, mas também não é uma coisa ruim.

A partir das falas dos adolescentes ficou evidente o que foi problematizado por Sales (2005) ao dizer que a periferia também é vítima da violência e do medo, sendo que ambos não são abstratos, fazendo parte da vida na periferia. Júlia, Luísa e Gustavo demonstram não terem naturalizado a violência no Rádio Clube e apresentaram aspectos de como a violência instalada é prejudicial às suas vidas. Contudo, o que evidencia-se na fala dos adolescentes é referente a violência do narcotráfico/policial, sendo que, a violência estrutural, ou seja, violência do Estado, permanece velada e naturalizada. De acordo com Minayo (1994),

Violência estrutural entende-se como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte.

Segundo Moreira (2000), a violência estrutural é fruto de um processo de formação histórico social, no qual o Estado se coloca a disposição de atender às demandas da classe dominante, realocando seus recursos para satisfazer seus interesses. Nesse sentido, os serviços e direitos direcionados à classe trabalhadora são afetados, sendo oferecidos de formas precárias e não atingindo toda população.

A existência da violência estrutural, portanto, não é natural, mas sim histórica e socialmente produzida. Ela alimenta a ostentação de poucos com o sofrimento de muitos, amplia as disparidades sociais, gera pobreza, cerceia oportunidades e legítimos projetos de vida. (ALMEIDA e COELHO, 2007, p.5).

Ainda de acordo com Neto e Moreira (1999) *apud* Almeida e Coelho (2007) a violência estrutural “inibe a escolha racional, favorecendo a escolha constrangida: mendicância, tráfico, delinquência. Fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e até a morte”.

Como já mencionado nos capítulos anteriores, o bairro Rádio Clube fica situado na periferia da cidade de Santos/SP e, apesar de ter recebido investimentos públicos nos últimos anos, ainda abriga a maior favela sobre palafitas da América Latina, sendo cerca de 4 km de extensão. As moradias são levantadas sobre o Rio Bugre e não apresentam as mínimas condições de saneamento básico, acessibilidade, lazer, esporte, saúde – características particulares das palafitas. Fica nítido que o bairro, como outras regiões da cidade de Santos/SP, sofre com a violência estrutural, o que propicia maior inserção do tráfico, disputa por territórios e violência policial.

De acordo com Moreira (2000), vale ressaltar que a violência estrutural não é determinista para entrada dos adolescentes no tráfico de drogas, mas gera uma propensão maior, já que estão expostos cotidianamente ao assédio tráfico e a sua ilusão de poder.

Segundo Soares (2007), no Brasil existe um quadro de 45 mil homicídios dolosos por ano, ou seja, há 27 mil vítimas de homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Esse quadro se agrava ainda mais ao transpor para realidade dos jovens, principalmente do sexo masculino, entre 15 aos 24 anos, em que os dados saltam para 100 vítimas por mil habitantes. Para o autor, quem morre mais são os jovens pobres e pretos da periferia e essas mortes podem ser caracterizadas como genocídio dos jovens da classe trabalhadora.

Ainda de acordo com Soares (2007), o tráfico de armas e drogas seria a principal matriz da criminalidade violenta, contudo, também vivemos na mira da polícia truculenta e brutal. “Só no Rio de Janeiro, em 2003, 1.195 pessoas foram mortas pelas polícias – cerca de 70% das quais em circunstâncias de execução.” (SALES, 2007, p. 142).

Também, discutiu-se com os adolescentes a questão da sociedade do consumo, qual a importância em usar determinadas marcas e o valor que eles depositam sobre elas. Todos os adolescentes entrevistados relataram não se importar em possuir roupas e produtos de marcas que tem maior valor no mercado. No entanto, deixaram claro que a maioria dos adolescentes do local em que vivem dá muita importância a esse modo de consumo.

Onde eu vivo todos valorizam, mas eu particularmente não valorizo, porque, assim, a gente mora em um bairro já é pobre, a gente não tem mau moradia, mau alimento em casa e vai me ostentar com roupa de marca... primeiro, eu também não gosto, pra mim, eu não acho legal ficar usando roupa de marca... acho besteira gastar dinheiro com isso... ah, primeiro porque veio esse negocio de funk ostentação, ai eu não sei o que que é, se esse povo quer se achar pro povo de lá... não sei.. não sei o que é... não sei. Aqui o povo é o que... tem os baile funk, ai eles gostam de ir pro baile funk, ostentar lá, gastar dinheiro... o dinheiro é muito mal gasto, porque não é pra coisa boa, é pra coisa ruim... é pra droga, bebida alcoólica, então é muita besteira, muita patifaria, muita putaria e eu não gosto disso. (Gustavo, 17 anos)

Eu não dou importância para essas coisas... Porque, como a gente é de família bem humilde, pra mim tanto faz. Mas eu acho que tem pessoas que preferem muitas coisas... roupa de marca... igual eu disse para minha mãe: “ai mãe eu quero ter um sapato de marca” e ela disse assim: “você pode até ter um sapato de marca” ai ela assim - “quem tem?” ai eu – “ah, fulana tem” ai ela disse “ah, fulano até pode ter sapato de marca, mas ela não tem amor e respeito pela sua família”. Então eu não gosto muito de coisas de marcas, assim... (Luísa, 12 anos).

O adolescente Léo diz não se importar, mas reconhece que a maioria dos adolescentes se importa em possuir determinadas marcas. “Pegam as coisas da Adidas, da Oakley... essas marcas... acham que é melhor”.

De acordo com Baptista (2007) não há como reconhecer o problema do consumo sem situa-lo no processo de agravamento da questão social no Brasil – intensificado pelo processo de industrialização – que gera consequências para reprodução das relações sociais.

Há hoje uma dinâmica de acontecimentos que acarretam em práticas sociais específicas nos planos ético, político, cultural e social, tais como: aumento da frustração do indivíduo social, hoje excluído do mercado de consumo (desempregado); aumento da violência doméstica e da urbana, além do recrutamento dos jovens de comunidades pobres para o tráfico de drogas e de armas; construção de identidades de pertencimento a certos grupos sociais a partir do que se “pode ter”; produção de necessidades associadas à “imagem” ou à “marca”, que fazem com que essas necessidades se mantenham de forma recorrente. (BAPTISTA, 2007, p. 2)

Ainda segundo a autora, diante da realidade do consumo, pode-se dizer que o mesmo torna-se ideológico, “quando relações sociais aparentemente livres e sem conflitos, quando dissimula a dominação ocultando a presença do particular e quando o que é de fato particular apresenta-se como a aparência de universal.” (BAPTISTA, 2007, p. 154). Sendo assim, o consumo é muito mais que para satisfazer as necessidades, ele torna-se sinônimo de pertencimento, identidade, perpassa por valores morais

Segundo Baptista (2007) há nos consumidores uma expectativa de felicidade, portanto se voltam para o mercado para consumir incentivados a consumir sempre mais e possuir mercadorias mais caras. Sendo que, quando ocorre a impossibilidade de consumo gera a frustração, levando por um lado o agravamento do caos social – violência urbana – configurando-se como intervenção estatal, formas repressivas e de controle.

Na fala do adolescente Gustavo (17 anos) *“primeiro porque veio esse negocio de funk ostentação, ai eu não sei o que que é, se esse povo quer se achar pro povo de lá”* aparecem elementos sobre pertencimento e o desejo de fazer parte da sociedade que mesmo passando a ideologia de igualdade, não proporciona condições objetivas para que os adolescentes da periferia tenham acesso a bens matérias de marcas e percorram lugares tidos como da classe média/alta.

Ao realizar o trabalho de campo, foi comum encontrar adolescentes pelas ruas do bairro ouvindo funk ostentação em seus celulares e mini-rádios. A música exalta o dinheiro, produtos de marca, carros; alimenta um sonho para população juvenil da periferia, e alguns adolescentes buscam realiza-lo; em alguns casos, para isso, é necessário percorrer caminhos da ilegalidade.

Por fim, os adolescentes foram questionados se já ouviram a expressão do *túnel pra cá* ou do *túnel pra lá*. Apenas Júlia e Gustavo possuíam conhecimento, sendo que somente o Gustavo explicou o sentido da expressão, para o adolescente significa que na cidade de Santos/ SP – existe um lado rico e outro pobre.

Apesar dessa expressão não ser conhecida por todos os adolescentes que participaram da pesquisa, é comum ao desenvolver trabalho de campo pelo bairro ouvir os moradores a usando para explicar as condições em que vivem. Não só o bairro Rádio Clube, mas toda a Zona Noroeste vivenciaram um processo de mudança, diversas obras foram efetivadas e trouxeram melhorias para região. No entanto, a Zona Noroeste concentra muita pobreza e precárias condições de vidas, e por outro lado, temos a região Intermediária e da Orla que usufruem dos maiores investimentos públicos, e atraem turistas durante todo o ano. A diferença do cuidado pública para diferentes regiões da cidade criam a ideia de *duas cidades*. Porém para que a sociedade capitalista funcione é necessário que ocorra divergências de classes sociais, condições de moradias e acesso a bens e serviços públicos. A cidade é uma única, e a lógica do capital condiz com as diferenças que encontramos por ela, afinal, para haver riqueza é preciso ter pobreza. É uma lógica perversa, que propaga a violência estrutural, o tráfico de drogas, a ideologia que toda população possui as mesmas condições objetivas para conquistar bens materiais, enfim, acirra as expressões da questão social.

## Considerações Finais

Eu acredito é na rapaziada; que segue em frente e segura o rojão; eu ponho fé é na fé da moçada; que não foge da fera, enfrenta o leão; eu vou à luta com essa juventude; que não corre da raia a troco de nada; eu vou no bloco dessa mocidade; que não tá na saudade e constrói; a manhã desejada. (Gonzaguinha)

Na presente pesquisa, buscamos compreender o cotidiano dos adolescentes da periferia da cidade de Santos/SP; quais suas relações, os locais que os adolescentes veem ocupando na cidade e suas experiências no bairro Rádio Clube.

A adolescência é um período muito marcante do desenvolvimento humano; de profundas mudanças biopsicosociais. Um período de transição entre a infância e a vida adulta, no qual os sujeitos buscam por novas experiências, questionam as ordens impostas, buscam se afirmar em determinados grupos – na escola, bairro, igreja. É um período que possui características semelhantes, porém não pode se compreendida como uma condição homogênea, pode-se dizer que existem várias “adolescências” que são condicionadas por aspectos culturais, sociais, econômicos. Como a pesquisa nos apontou dentro de um próprio bairro podemos encontrar distintas formas de ser adolescente e viver esse período da vida.

Para melhor compreender a adolescência na periferia de Santos/SP, realizamos uma reflexão e um breve resgate histórico sobre a formação da cidade de Santos/SP, como a segregação socioespacial foi ocorrendo e as divergências de classes ficando explícitas, assim, como também refletimos sobre o conceito de periferia.

Atualmente a cidade de Santos/SP é uma das mais ricas do país, tem sua economia pautada no maior Porto da América Latina. Além do turismo, serviços e pesca em geral também contribuem para movimentar sua economia. O cenário que encontramos hoje é fruto de um processo de formação sócio histórica, que contribuiu para a formação e acumulação de riqueza na cidade, mas também propiciou o acirramento das desigualdades sociais e segregação socioespacial. Na medida em que a cidade crescia e acumulava riqueza devido ao porto, houve a movimentação das famílias burguesas para regiões da orla e da classe trabalhadora para os morros ou regiões mais afastadas, como a zona noroeste. A princípio as regiões dos morros e zona noroeste eram ocupadas de forma irregular, não contavam com as mínimas condições de sobrevivência, eram consideradas como o local onde faltava tudo – saúde, educação, lazer, moradia - e o que se encontrava era bandidagem, violência, e miséria.

Aliás, como a pesquisa nos demonstra essa era uma características da periferia, o lugar “ilegal” onde o Estado não chegava e classe trabalhadora sofria com todas as mazelas provocadas pelo capitalismo. A partir, da visão da ausência do Estado e precárias condições de vida na periferia surge a dicotomização de cidade “legal” e “ilegal”; como foi colocado, essa divisão tinha caráter político e objetivavam-se em problematizar as condições de desigualdade e segregação espacial que permeavam as cidades brasileiras. Porém ao ser incorporado pela mídia, discursos políticos ganha o significado de criminalização, desordem e homogeneidade, alimentando ainda mais o preconceito e estigmatização com a população que vive na periferia.

Hoje a periferia vive outro momento, abriga equipamentos públicos, possui espaços de lazer, esporte, cultura. Além das distintas condições estruturais da periferia, também ocorre diferenças socioeconômicas, nesse sentido a periferia possui diversas características se mostrando heterogênea. Ainda, porém de acordo com o censo comum, impera a criminalização da pobreza e visão de que a periferia é somente um espaço de crime e violência, sendo necessário desmistificar essa ideologia, como nos aponta Ricardo Meirelles (diretor do Instituto Data Popular) “O centro deve muito mais à periferia do que a periferia ao centro”, Meirelles esta se referindo principalmente, as manifestações culturais, música, danças, culinárias.

Nesse sentido, nem a periferia, nem a adolescência são homogêneas. É possível encontrar diversas adolescências, desencadeadas por experiências de vidas diferentes, valores, poder aquisitivo, cultura; são sujeitos que apresentam características semelhantes, mas particularidades, sonhos, perspectivas diversas, pessoas que traçam caminhos diversos e que buscam atingir realizações distintas.

Em comum na periferia todos os adolescentes conscientes ou não sofrem com as mazelas do sistema capitalista – violência, preconceito - são estigmatizados pelo seu local de moradia, vítimas da violência policial e de uma sociedade perversa que alimenta sonhos de consumo, mas não oferece condições objetivas para eles serem concretizados.

No decorrer da pesquisa no bairro Rádio Clube, foi possível se deparar com uma realidade cruel da sociedade capitalista, que para o lucro e bem estar de poucos, muitos vivem em condições de extrema precariedade. O bairro abriga inúmeros equipamentos socioassistenciais, serviços públicos, ONG’S – oferece diversos recursos para população de

aproximadamente 26 mil habitantes. Mas, também, o mesmo Estado que oferece equipamentos de saúde, assistência social, educação no território, consente que dos 26 mil habitantes, cerca de 20 mil sobrevivam sobre a maré. Ao andar pelas palafitas, levantadas sobre o Rio Bugre, em cima da maré, é possível visualizar muito lixo, ratos, casas construídas com madeirite, passarelas (rodapé) precárias e a presença do narcotráfico. Pode-se dizer que nas palafitas todos os direitos são violados e até o momento nenhuma política social de moradia efetiva, construída junto com os moradores foi realizada.

Os quatro adolescentes da pesquisa, Júlia, Luísa, Gustavo e Léo moram nas palafitas, convivendo diariamente com as precárias condições que lhes são oferecidas. Aos olhos do pesquisador o que mais choca e provoca inquietações são as condições de moradia – falta de saneamento básico, energia elétrica, acessibilidade – porém ficou nítido nas falas dos adolescentes o que mais os incomoda é a violência que existe nas passarelas das palafitas. A violência do narcotráfico, por disputa de territórios, da polícia, que provoca tiroteios e mortes com muita frequência, principalmente a morte dos adolescentes que encontram nas atividades do tráfico uma possibilidade de conquistar dinheiro e ascensão social.

Todos os adolescentes da periferia são vítimas do sistema capitalista e sofrem com suas diversas expressões. Júlia, Luísa, Gustavo e Léo representam uma forma de ser adolescente na periferia, são adolescentes que encontraram na dança, teatro outras possibilidades de enxergar o mundo e suas relações, são adolescentes que estão traçando caminhos diferentes dos que vivem no mundo do narcotráfico.

Com a pesquisa, foi possível refletir sobre a realidade dos adolescentes do Rádio Clube, em como o Estado e mídia agem de forma perversa com essa população e em como os institutos de cultura exercem um papel fundamental na vida dos adolescentes, a partir do momento que lhes apresentam novas possibilidades. As diversas realidades da adolescência se apresentam como um desafio aos órgãos públicos, comunidade, instituições de ensino, lazer, cultura; com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a atenção aos adolescentes, independente de classe social, cor, religião, deve ser tratada de forma integral, considerando seu período de formação e particularidade. No entanto para que o ECA seja de fato efetivado faz necessário muitos avanços nas políticas sociais, comprometimento público e descriminalização da pobreza.



## Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, Natália Kelle Dias e COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A Violência estrutural**. Salvador, 2007. disponível em:

<<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/323/270>> acesso em 29 de Novembro de 2014

BAPTISTA, Tatiane Alves. Ideologia do consumo e juventude em mosaico: uma reflexão sobre as formas de consumo da juventude. In: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 153-170.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 231 p.

BORBA, Patricia Leme de Oliveira. **Juventude Marcada: relações entre ato infracional e a escola pública em São Carlos - SP**. 2012. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13/07/1990. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Adolescências, juventudes e socioeducativo** : concepções e fundamentos – 1. ed. – Brasília: MDS 2009.

BRASIL. **Crianças e adolescentes têm direitos: conheça o sistema de garantia do direitos e saiba como participar**. Org. Graciani Maria Stela Santos... et al. – 1 ed. – São Paulo: CONDECA: Manufatura de ideias, 2013.

CATINI, Caroline Louise Dutra. **A atuação do assistente social frente ao direito à cidade**. 2014. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2014. Cap. 2.

FREIXO, Marcelo. **Tráfico nada tem de revolucionário**, São Paulo, Março de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2603200603.htm>> acesso em 20 de Novembro de 2014.

FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. **O Café e a Imigração em Santos**, Santos, abril de 2004. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0219.htm>> acesso em 30 de Outubro de 2014.

GONÇALVES, Alcindo. **Lutas e sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos, 1945-1962**. São Paulo: Unesp, 1995. 57 p.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. O processo histórico de ocupação no município de Santos: A expansão a partir do centro. In: VAZQUEZ, Daniel Arias (Org.). **Vetores de expansão urbana e fluxos migratórios na Baixada Santista: Políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento**. São Paulo: Universitária Leopoldianum, 2011. Cap. 2. p. 35-62.

JUCÁ, Juliana Lustosa. Estigma e Preconceito: a condição dos jovens moradores de áreas periféricas. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 2012, Teresina. **Artigo**. Disponível em <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT19-21.pdf>> acesso em 23 de Novembro de 2014

LEÓN, Oscar Dávila. In: Freitas, Maria Viriginia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LONGO, Isis Souza. O estigma dos três os: preto, pobre, de periferia. A visão de adolescentes da comunidade Heliópolis, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cjaba/n1/17.pdf>> acesso em 11 de Novembro de 2014

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (Ed.). **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003. 68 p.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELLO, Gisele Homem. **Expansão e estrutura urbana de Santos (SP): aspectos da periferização, da deteriorização, da intervenção urbana, e da sociabilidade**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Cap. 5.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública.** Cad. Cad. Saúde Pública vol.10, Rio de Janeiro, 1994.

MOREIRA, Marcelo Rasga. **Jovens E TRÁFICO DE DROGAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.** 2000. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000. Cap. 5.

OMS. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde: Declaração de Alma-Ata, 1978. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

PÁGINA ELETRÓNICA INSTITUTO ARTE NO DIQUE, disponível em: <<http://www.artenodique.org.br/instituto.php>> acesso em 02 de Novembro de 2014.

PÁGINA ELETRÓNICA NOVO MILÊNIO, disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0230o3.htm>> acesso em 02 de Novembro de 2014.

PÁGINA ELETRÓNICA PREFEITURA DE SANTOS, disponível em <<http://www.santos.sp.gov.br/?q=conheca-santos>> acesso em 05 de Outubro de 2014.

PÁGINA ELETRÓNICA UNICEF, disponível em <[http://www.unicef.org/brazil/pt/sab\\_3.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/sab_3.pdf)> acesso em 02 de Dezembro de 2014.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento,** São Paulo, 2009. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>> acesso em 11 de Novembro de 2014.

ROSA, Thais Troncon. **Favelas, Periferias: uma Reflexão sobre Conceitos e Dicotomias.** *GT 01 – A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto*, Caxambu, 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

SALES, Mione Apolinario. Metáforas da Violência: Adolescentes infratores sob a mira da mídia, polícia e da política. In: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (Org.). **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2007. p. 171 – 192.

SANTOS, André da Rocha. O processo histórico de ocupação no município de Santos: A expansão a partir do centro. In: VAZQUEZ, Daniel Arias (Org.). **A questão Urbana na Baixada Santista: Políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento.** São Paulo: Universitária Leopoldianum, 2011. Cap. 1. p. 15-34.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE: ENTRE CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Caderno de Terapia Ocupacional da Ufscar**, São Carlos, v. 8, n. 2, p.87-106, mar. 2009.

SPOSITO, Marília Pontes, CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: Revista brasileira de educação. 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. A violência e o Símbolo. In: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (Org.). **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 141-152.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade na fronteira do legal e ilegal**. Rio de Janeiro: Argymentvm, 2010.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Adolescência - Violência: uma ferida de nosso tempo**. 2002. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, PUC, São Paulo, 2002.

## Anexos

### **.Entrevista (roteiro):**

- Você nasceu em qual cidade? Qual origem da sua família?
- Como é sua vida aqui no Rádio Clube? Seu Cotidiano?
- Fale sobre sua história de vida – acontecimentos, fatos marcantes na periferia de Santos.
- Seu ciclo de amizade e convivência é aqui na região ou em outra parte de Santos?
- O que mais gosta ou costuma fazer? Em quais lugares?
- Quais os pontos você considera bom e ruim no seu cotidiano?
- Moraria em outro lugar da cidade? Qual e Por quê?
- O que você pensa sobre o consumo de produtos de marcas?

## **Termo de Assentimento Informado**

O assentimento informado para o/a adolescente não substitui a necessidade de consentimento informado dos pais ou responsáveis. O assentimento assinado pelo/a adolescente demonstra sua cooperação na pesquisa.

### **Assentimento informado para a pesquisa *Trajetórias de Vida de Adolescentes da Periferia de Santos – SP***

Meu nome é Pâmela Bueno de Souza, sou estudante do curso de Serviço Social da UNIFESP. Com a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Regina Nozabielli, do curso de Serviço Social da UNIFESP e, pesquisadora responsável por esse estudo, faremos uma pesquisa que tem como objetivo conhecer as trajetórias de vida de adolescentes que vivem na periferia da Cidade de Santos/SP.

Discutimos esta pesquisa com seus pais ou responsáveis e eles sabem que também estamos pedindo seu acordo. Se você participar desta pesquisa, seus pais ou responsáveis também terão que concordar. Mas se você não desejar fazer parte na pesquisa, não será obrigado.

Você poderá discutir qualquer coisa deste formulário com seus pais/responsáveis, amigos ou qualquer um com quem você se sentir a vontade de conversar. Você pode decidir se quer participar ou não depois de ter conversado sobre esta pesquisa e não é preciso decidir imediatamente. Pode haver algumas palavras que não entenda ou coisas que você quer que nós expliquemos mais detalhadamente porque você ficou mais interessado ou preocupado. Por favor, nos peça que pare a qualquer momento e nós explicaremos.

### **Objetivos**

Queremos compreender suas trajetórias de vida, seu cotidiano nesse território e na cidade de Santos/SP.

### **Escolha dos participantes**

Estamos propondo a pesquisa com adolescentes que vivem no bairro Rádio Clube, uma região periférica da cidade de Santos/SP.

### **Voluntariedade de Participação**

Você não precisa participar desta pesquisa se não quiser. É você quem decide. Se decidir não

participar da pesquisa, é seu direito. Caso aceite participar agora, poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

### **Procedimentos**

Nossa pesquisa será realizada em duas fases. A primeira será para reconhecimento da região e ter o primeiro contato com os adolescentes. A segunda etapa será através de entrevistas, agendadas antes com você. A entrevista terá pontos que abordara o modo como você vivencia a experiência de ser adolescente, não só em seu bairro, como em toda cidade de Santos/SP.

### **Desconfortos**

Há possibilidades de você não querer participar da pesquisa. Você será totalmente respeitado em sua decisão, mesmo diante da aceitação dos seus pais ou responsáveis. Se houver algum desconforto estaremos atentas para orientações/ interrupções da atividade e entenderemos suas dificuldades.

### **Benefícios**

Não há nenhum benefício direto para você, porém, pretendemos com este estudo, levantar informações importantes, que poderão contribuir para o planejamento de políticas sociais e formas de intervenções nos espaços ocupacionais que considerem as trajetórias, contextos e as necessidades dos adolescentes.

### **Incentivo**

Não haverá compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa.

### **Confidencialidade**

Não falaremos para outras pessoas que você estará nesta pesquisa e também não compartilharemos informação sobre você para qualquer um que não trabalhe na pesquisa. As informações sobre você serão coletadas na pesquisa e ninguém, exceto os investigadores, poderá ter acesso a elas. Você não será identificado na apresentação dos dados, pois utilizaremos nomes fictícios.

### **Divulgação dos dados**

Quando terminarmos a pesquisa, nós enviaremos os resultados para você e seus

